

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

ANA CAROLINA LONGHINI SPINELLI

**ASPECTOS NÃO PENAIS DA LEI MARIA DA PENHA: A INDENIZAÇÃO DAS  
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ÂMBITO CÍVEL**

São Paulo

2020

ANA CAROLINA LONGHINI SPINELLI

**ASPECTOS NÃO PENAIS DA LEI MARIA DA PENHA: A INDENIZAÇÃO DAS  
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ÂMBITO CÍVEL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a  
Escola de Direito de São Paulo da Fundação  
Getúlio Vargas para obtenção de diploma de  
bacharel em direito. Professora Orientadora: Maria  
Cecília Asperti.

SPINELLI, Ana Carolina Longhini.

Aspectos não penais da Lei Maria da Penha: a indenização das vítimas de violência doméstica no âmbito cível.

Ana Carolina Longhini Spinelli. – 2020.

68 f.

Orientador: Prof. Maria Cecília Asperti.

Monografia (bacharelado) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

1. Lei Maria da Penha. 2. Direito Civil. 3. Direitos das Mulheres. 4. Indenização por danos morais. 4 Execução. I. Asperti, Maria Cecília. II. Monografia (bacharelado) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. III. Aspectos não penais da Lei Maria da Penha: a indenização das vítimas de violência doméstica no âmbito cível.

ANA CAROLINA LONGHINI SPINELLI

ASPECTOS NÃO PENAIIS DA LEI MARIA DA PENHA: A INDENIZAÇÃO DAS VÍTIMAS  
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ÂMBITO CÍVEL

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao  
programa de graduação da Escola de Direito de  
São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como  
requisito à obtenção do título de Bacharel em  
Direito

Campo de conhecimento:  
Direito Civil

**Data de aprovação:**

São Paulo, 11 de março de 2020.

**Banca examinadora:**

---

Prof. Maria Cecília Asperti  
Professor da Escola de Direito da Fundação  
Getúlio Vargas

---

Prof. Vivianne Ferreira Mese  
Professor da Escola de Direito da Fundação  
Getúlio Vargas

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, por todo o amor e apoio durante minha graduação.

Gostaria de agradecer a minha mãe, Adriana, que me ouviu falar horas a fio sobre este trabalho. Mesmo quando eu entrava em detalhes que muitos achariam entediantes, ela sempre demonstrou interesse.

Gostaria de agradecer ao meu pai, Domingos, que sempre me incentivou a perseguir uma carreira jurídica.

Gostaria de agradecer minha avó, Ilza, que sempre me recebeu em sua casa quando eu estava cansada e me encheu de amor de vó.

Gostaria de agradecer aos meus padrinhos, Inês e Sidnei, por sempre acreditarem em mim.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Dra. Maria Cecília. Primeiro, por ter me auxiliado a encontrar um tema de estudo pelo qual eu me interessasse tanto. Segundo, por ter sido fundamental durante o desenvolvimento desse trabalho em todas as etapas do caminho, principalmente quando eu achei que teria que mudar de tema.

Gostaria de agradecer aos meus colegas da FGV, principalmente à Isabella Cristino e Ana Carolina Malnarcic, por me darem tanto apoio nos momentos estressantes que envolvem a realização de um trabalho de curso.

Gostaria de agradecer ao Luiz Felipe Bordon, que leu cada uma das incontáveis versões desse trabalho, mesmo quando eu alterava apenas uma palavra, e ouviu cada um dos meus desabafos.

Finalmente, gostaria de dedicar esse trabalho à minha vó, Iracema, que com certeza me acompanhou, ainda que de longe, nessa jornada.

“Meu sofrimento se transformou em luta”

Maria da Penha

## RESUMO

O presente trabalho de curso buscou analisar o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo acerca da possibilidade de indenização por danos morais de mulheres vítimas de violência em casos nos quais a justiça penal não condenou o agressor, mas não negou a ocorrência do fato. Para isso, foram analisados julgados do TJSP desde março de 2018 até março de 2019. Esses foram esquematizados em diversas categorias, o que resultou na produção de dados numéricos. Foram levantadas, também, hipóteses acerca da lógica do relacionamento abusivo de modo a elucidar os dados obtidos. Finalmente, passou-se a análise de três casos selecionados, para entender a abordagem dada pelos magistrados frente ao tema. Infelizmente, concluiu-se que a mulher em situação de violência tem um acesso muito restrito a tutela civil, o que prejudica o acesso à justiça como um todo.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha; violência doméstica; dano moral; indenização; tutela civil.

## ABSTRACT

The following aimed to analyze the understanding of the Court of Justice of São Paulo about the possibility of compensation for moral damages of women who were victims of domestic violence in cases in which the criminal justice did not find the defendant guilty but did not deny the occurrence of the fact. Therefore, I analyzed ruling dated from March 2018 to March 2019. These were divided into several categories, which resulted in the production of numerical data. Hypotheses were also raised about the cycle of the abusive relationship in order to elucidate the data obtained. Finally, we proceeded to the analysis of three selected cases, to understand the approach given by the magistrates in relation to the subject. Unfortunately, it has been found that women in situations of violence have very restricted access to civil protection, which undermines access to justice as a whole.

**Key words:** Maria da Penha Law; domestic violence; moral damages; compensation; civil law.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico “o agressor”.....	14
Figura 2 – Gráfico “o que a mulher fez depois de sofrer violência?”.....	15
Figura 3 – Gráfico “onde acontece o assédio?”.....	15
Figura 4 – Ciclo do relacionamento abusivo.....	16
Figura 5 – Gráfico “gênero dos julgadores”.....	38
Figura 6 – Gráfico “palavra da vítima”.....	40
Figura 7 - Tabela “A análise do dano moral nos julgados localizados”.....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: UM PANORAMA</b>	<b>13</b>
1.1 A violência de gênero em números	13
1.2 O relacionamento abusivo e o ciclo de abusividade	15
<b>2. REPARAÇÃO DOS DANOS IMATERIAIS SOFRIDOS PELA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA</b>	<b>18</b>
2.1 As novidades da Lei Maria da Penha e seu caráter híbrido	18
2.2 As formas de violência previstas na Lei Maria da Penha: a interação entre a esfera cível e a esfera penal	22
2.3 A previsão legal do dano moral em situações de violência	26
<b>3. TEMA 938 DO STJ E A FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA</b>	<b>30</b>
3.1. Julgamento dos Recursos Especiais 1.643.051/MS e 1.675.874/MS e tese jurídica firmada	30
3.2 Fundamentos dos acórdãos	33
3.3 Repercussão e aplicação da tese jurídica	34
<b>4. REPARAÇÃO DOS DANOS IMATERIAIS INDEPENDENTEMENTE DA CONDENAÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSP</b>	<b>36</b>
4.1. Metodologia	36
4.2 Resultados	37
4.3 Os julgados selecionados	41
4.3.1 Maria e João	41
4.3.2 Sandra e Carlos	43
4.3.3 Juliana e Antônio	44
4.4. Considerações sobre os julgados	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>50</b>

## **REFERÊNCIAS**

**52**

## **APÊNDICE A**

**56**

## INTRODUÇÃO

Maria da Penha, mulher brasileira casada com Marco Antônio Heredia Viveros durante 23 anos, foi vítima de violência doméstica durante muitos anos, até que, em 1983, seu marido tentou assassiná-la duas vezes, e, devido a ocorrência de tais agressões, Maria da Penha ficou paraplégica. Duas condenações foram proferidas pelo Tribunal do Júri do Ceará, sendo a primeira em 1991 e a segunda em 1996. Contudo, o seu agressor ainda continuava em liberdade.

Diante de tais fatos, Maria da Penha, com o auxílio do Centro para a Justiça e o Direito Internacional e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, apresentou seu caso diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.<sup>1</sup> A Comissão considerou o Brasil responsável pelas violações perpetradas em face de Maria da Penha no território nacional, e, dentre as recomendações propostas pela Comissão, ressalta-se as medidas de não repetição.<sup>2</sup>

Assim, no dia 7 de agosto de 2006, foi aprovada a Lei nº 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como objetivo evitar que mais mulheres brasileiras sofram o que Maria da Penha sofreu. Por meio de uma legislação de caráter híbrido, buscou-se garantir a proteção e a reparação das mulheres vítimas de violência. Isso significa que a lei possui aspectos civis e criminais, o que faz com que a vítima possa buscar apoio perante ambas as alçadas.<sup>3</sup> Para otimizar o acesso à justiça, a lei criou os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que possuem competência para analisar tanto situações que envolvam o direito civil como o direito criminal. Na justiça criminal, a tutela consiste, principalmente, na condenação do agressor e aplicação de pena de reclusão. Já na justiça civil, tem-se as medidas protetivas de urgência e a indenização por danos morais.

O cabimento ou não de danos morais para mulheres vítimas de violência doméstica passou a ser objeto de discussão recentemente. Para pacificar o tema, em 2018, o Superior Tribunal de

---

<sup>1</sup> OEA, Caso nº 12.051.

<sup>2</sup> COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS/OEA, **Relatório nº 54/0**, p. 14.

<sup>3</sup> “Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.”

Justiça (STJ) proferiu decisão esclarecendo que, após a condenação criminal, a mulher vítima de violência doméstica possui, de fato, o direito à indenização pelos danos imateriais sofridos.

Contudo, essa deixou de apreciar uma situação importante e que, por isso, permanece sem resposta: quando a ação penal não condena o agressor, mas, ao mesmo tempo, não nega a existência do fato, é cabível a indenização por danos morais?

Assim, o presente trabalho busca entender qual é o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o tema. Para tal, realizei um levantamento da jurisprudência, analisando julgados do tribunal proferidos entre março de 2018 e março de 2019 para entender qual o posicionamento do órgão perante o tema.

O presente trabalho é dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tecerei um panorama da violência de gênero do Brasil, apresentando dados estatísticos, bem como a lógica de um relacionamento abusivo e seu caráter cíclico.

No capítulo dois, irei discutir o caráter híbrido da Lei Maria da Penha e como o judiciário tem enfrentado isso na prática. Irei apresentar, também, as formas de violência previstas da lei, bem como sua recepção pelo código penal. Finalmente, irei discorrer sobre o cabimento de indenização por danos morais para mulheres vítimas de violência.

No capítulo três, apresentarei a decisão do STJ sobre o Tema 983 e a tese nela firmada. Irei analisar os seus fundamentos e argumentos utilizados pelo STJ, bem como a repercussão jurídica da decisão.

Já no capítulo quatro, irei especificar a metodologia que adotei para realizar o levantamento jurisprudencial e apresentar os resultados obtidos. Após isso, irei apresentar os casos localizados que se enquadram na hipótese de pesquisa do presente trabalho e analisá-los.

Finalmente, irei tecer minhas conclusões e reflexões diante dos achados.

## 1. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: UM PANORAMA

Apesar da aprovação da Lei Maria da Penha ter sido, incontestavelmente, um grande marco na luta pela proteção dos direitos das mulheres, essa foi apenas o início de uma longa jornada que ainda deve ser percorrida. Assim, o presente capítulo busca apresentar dados recentes sobre a violência de gênero, bem como explicar a dinâmica de um relacionamento abusivo.

### 1.1 A violência de gênero em números

Em 2018, 180 mulheres foram estupradas por dia, o que representa um aumento de 4,1% em relação à 2017.<sup>4</sup> Por hora, 4 meninas de até 13 anos são estupradas.<sup>5</sup> Isto significa que, no Brasil, 53.726 mulheres foram vítimas de estupro, o que totaliza 53,4 vítimas a cada 100 mil habitantes.<sup>6</sup> O estado da federação com o maior índice foi o Mato Grosso do Sul, com 119,8 vítimas a cada 100 mil habitantes.<sup>7</sup> O menor índice foi o da Paraíba, estado no qual 11,4 a cada 100 mil foram vítimas de estupro.<sup>8</sup> Em São Paulo, o número foi de 46,7 a cada 100 mil habitantes.<sup>9</sup>

Conforme essa pesquisa, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio, e, em 88,8% dos casos o autor do crime foi o companheiro ou o ex-companheiro.<sup>10</sup> Já no que diz respeito à violência doméstica, em 2018, um caso foi registrado a cada dois minutos. Isso totaliza 263.067 casos de lesão corporal, bem como um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior.<sup>11</sup>

Em pesquisa publicada em 2019, constatou-se que mais de 16 milhões de mulheres brasileiras com mais de 16 anos sofreu algum tipo de violência dos últimos 12 meses.<sup>12</sup> Outro dado alarmante foi o número de casos em que o agressor era conhecido pela vítima, conforme demonstrado pelo gráfico abaixo<sup>13</sup>:

---

<sup>4</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **13º anuário brasileiro da segurança pública, publicado pela ONG Fórum Brasileiro da Segurança Pública - Infográfico**, 2019, p. 02. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>> Acesso em 24 de outubro de 2019.

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> *Ibid.*

<sup>9</sup> *Ibid.*

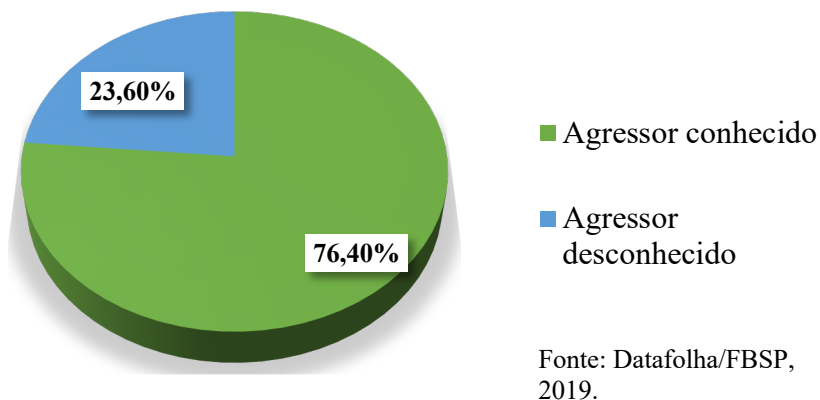
<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA, **Visível e invisível: a vitimização de mulheres do Brasil - Infográfico**, [s.l.: s.n.], 2019, p. 02.

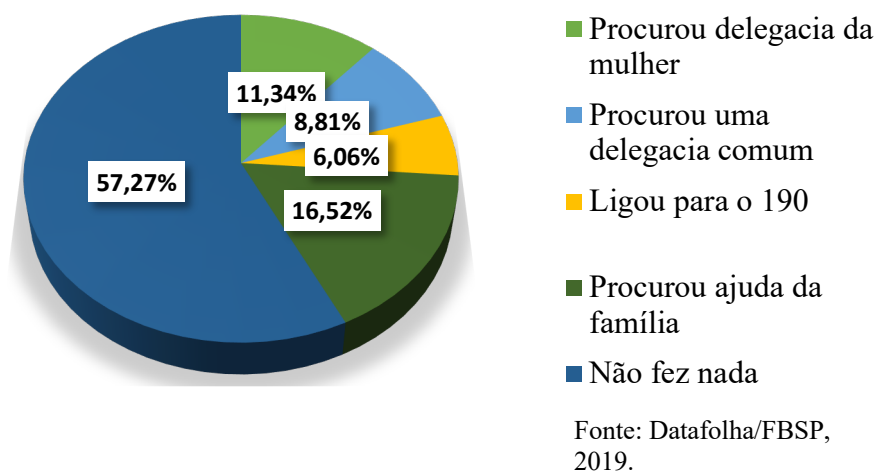
<sup>13</sup> *Ibid.*

## 1. O AGRESSOR



Também foi feito um levantamento em relação a atitude que a mulher tomou após ser vítima de violência. Nota-se que apenas 26,21% das mulheres buscaram ajuda das autoridades policiais<sup>14</sup>, número que é quase idêntico ao número dos casos em que o agressor era desconhecido.<sup>15</sup>

## 2. O QUE A MULHER FEZ DEPOIS DE SOFRER VIOLÊNCIA?

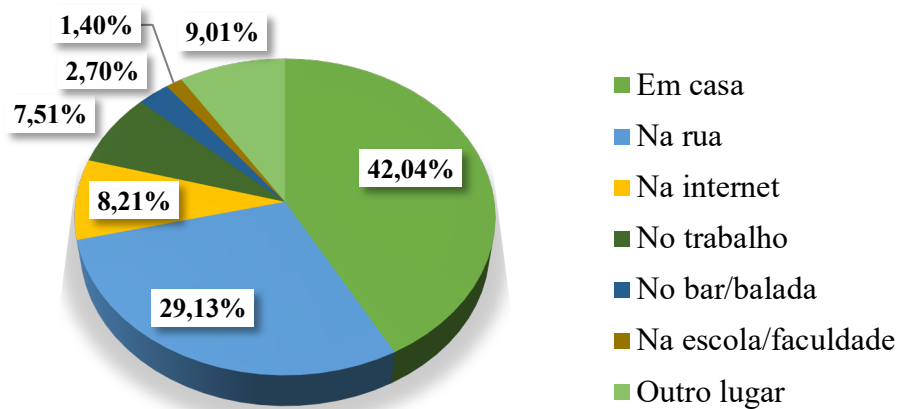


<sup>14</sup> *Ibid.*

<sup>15</sup> Uma reflexão que pode ser levantada, também, é a complexidade da relação da mulher com a tutela penal. Conforme será demonstrado posteriormente, o sentimento de culpa faz com que a vítima deixe de buscar a tutela penal, o que reitera a necessidade da tutela civil.

Finalmente, outro dado produzido nesse levantamento refere-se ao local no qual a violência aconteceu. Diferentemente do que muitos acreditam, a vasta maioria dos casos ocorreu na casa da vítima<sup>16</sup>.

### 3. ONDE ACONTECE O ASSÉDIO



Fonte: Datafolha/FBSP, 2019.

#### 1.2 O relacionamento abusivo e o ciclo de abusividade

Conforme demonstrado no item anterior, a violência de gênero no Brasil é um problema que está longe de ser superado. Um fator que dificulta o combate à violência de gênero é, justamente, o baixo índice de denúncias realizadas. Esse comportamento está alinhado com as teorias sobre a violência de gênero e seu ciclo. A violência, no contexto de um relacionamento abusivo, pode ser definida como:

(...) a incorporação da desigualdade por meio de uma relação hierárquica, inerentemente baseada em dois polos antagônicos e determinantes: de dominação e de submissão (...) é uma violação à esta (a liberdade) uma vez que silencia o outro e sua capacidade de escolher, tratando-o como coisa e maculando também os direitos humanos, o direito de cada sujeito e sua autonomia. Elimina-se o outro da relação, e tal exclusão pode causar a morte do corpo físico e/ou a morte

<sup>16</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA, **Vísível e invisível: a vitimização de mulheres do Brasil- Infográfico**, p.02.



psíquica, subjetiva do outro, em que a vítima desaparece como sujeito autônomo e livre.<sup>17</sup>

Segundo as teorias tradicionais, no contexto de um relacionamento abusivo, tem-se três fases típicas, conforme elucidado abaixo:<sup>18</sup>



Durante a primeira fase, tem-se o aumento gradual da tensão. O agressor começa a demonstrar um comportamento altamente hostil e explosivo. A mulher, normalmente, tende a apenas tentar apaziguar a situação com seu parceiro, nunca questionando suas atitudes ou exageros por ele cometidos. Inclusive, a tendência, nesses casos, é de que a mulher consiga, de fato, acalmar o homem, o que apenas reforça o seu sentimento de que ele apenas estava estressado e de aquele comportamento não passou de um episódio controlável. Assim, a vítima tenta criar desculpas para justificar o comportamento do agressor, mas, ao mesmo tempo, a mulher esconde o que está acontecendo de todas as pessoas à sua volta.<sup>19</sup>

Na segunda fase, é quando o ato de violência de fato acontece. Importante ressaltar que, apesar dos estudos mais tradicionais se referirem apenas à violência física<sup>20</sup> não se descarta a

<sup>17</sup> BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra, **Direito das Mulheres**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 74-75.

<sup>18</sup> Ilustração feita por Lorena Kaz, artista fundadora do Projeto Morrer de Amor. Disponível em: < <https://www.facebook.com/projetomorrerdeamor/photos/a.1163297583742714/1174945342577938/?type=3&theater> >. Acesso em jan. de 2020.

<sup>19</sup> WALKER, Lenore E, **The battered woman syndrome**, New York: Springer Pub. Co., 2009, p. 91-107.

<sup>20</sup> MISAKA, Marcelo Yukio, **Violência doméstica e familiar contra a mulher**, Juris Plenum, v. 3, p. 83-87, 2007.

ocorrência de outras formas de violência. A mulher que sofreu violência psicológica, moral e patrimonial é vítima tanto quanto a mulher que sofreu violência física e sexual.

Normalmente, após a mulher notar que, de fato, há um aumento significativo de tensão acontecendo, ela começa a se afastar devido ao medo de provocar seu parceiro e fazer com que ele se estresse novamente. Contudo, isso apenas agrava a situação, pois o homem, ao perceber que está perdendo o controle, tenta restabelecê-lo a todo custo, e assim, tem-se a concretização da violência, em qualquer uma das formas em que essa se manifesta.<sup>21</sup>

Finalmente, tem-se a terceira fase, na qual o agressor demonstra arrependimento. É comum que o agressor retome os comportamentos românticos e carinhosos do começo do relacionamento, como uma estratégia para reconquistar a vítima e fazê-la acreditar que ele irá mudar. Contudo, esse período não é duradouro, e o ciclo se reinicia com o aumento das tensões entre o casal.<sup>22</sup>

Em entrevista concedida por Maria da Penha, ela explica como esse ciclo se manifestou na sua vida:

A violência doméstica contra a mulher obedece a um ciclo, devidamente comprovado, que se caracteriza pelo “pedido de perdão” que o agressor faz à vítima, prometendo que nunca mais aquilo vai acontecer. Nessa fase, a mulher é mimoseada pelo companheiro e passa a acreditar que as violências não irão mais acontecer. Foi num desses instantes de esperança que engravidei, mais uma vez, de nossa terceira filha.<sup>23</sup>

O que é mais evidente nesse padrão de comportamento é o caráter cíclico. O agressor sempre dá esperança para a mulher de que ele irá mudar, mas nunca muda. É justamente esse aspecto do relacionamento abusivo que o torna tão perigoso, pois é muito difícil para a mulher quebrar o ciclo e terminar a relação.

---

<sup>21</sup> WALKER, *The battered woman syndrome*, p. 91-107.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> PENHA, Maria da, “Meu sofrimento se transformou em luta”, diz Maria da Penha sobre 10 anos da lei que leva seu nome. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/03/meu-sofrimento-se-transformou-em-luta-diz-maria-da-penha-sob\\_a\\_21694905/](https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/03/meu-sofrimento-se-transformou-em-luta-diz-maria-da-penha-sob_a_21694905/)>. Acesso em 04 de nov. de 2019.

## 2. REPARAÇÃO DOS DANOS IMATERIAIS SOFRIDOS PELA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a violência de gênero ainda é muito presente no Brasil e precisa ser combatida por meio de políticas públicas específicas, dado seu caráter cíclico. Nesse capítulo, irei analisar a Lei Maria da Penha e suas novidades para enfrentar a violência de gênero, em especial seu caráter híbrido. Depois, irei analisar de que forma as violências previstas no texto da lei foram ou não recebidas pelo Código Penal. Finalmente, tendo como base esse panorama, irei apresentar a justificativa jurídica do cabimento da indenização pelos danos imateriais sofridos pela mulher.

### 2.1 As novidades da Lei Maria da Penha e seu caráter híbrido

Um dos grandes desafios do combate à violência contra a mulher é sua complexidade. Não se trata apenas de uma agressão, mas sim de algo que impacta todas as áreas da vida da vítima. Assim, uma das grandes conquistas na Lei Maria da Penha são os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, que estão previstas de maneira expressa em seu artigo 14:

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.<sup>24</sup>

O dispositivo legal, portanto, atrai para os Juizados a competência para apreciar tanto os aspectos penais como os aspectos civis da violência contra a mulher<sup>25</sup>, o que, conforme será demonstrado no item 2.2, é fundamental para garantir a aplicabilidade de todas as formas de violência previstas na Lei.

A necessidade de especialização deriva da natureza complexa da violência e de seu ciclo, sendo necessário um julgador que entenda todas as facetas desse contexto para amparar a mulher da melhor forma possível. O que se tem hoje é uma revitimização da mulher, que busca amparo na

---

<sup>24</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Lei Maria da Penha**, promulgada em 07 de agosto de 2006.

<sup>25</sup> JESUS, Damásio E. de, **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11,340/2006**, São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2010, p. 59.

justiça e se depara com mais machismo. A mulher passa a ter um ônus da prova: o de demonstrar que não foi sua culpa.

Apesar do art. 14 atribuir, de maneira explícita, competência para os Juizados analisarem matérias cíveis<sup>26</sup>, a doutrina tem selado entendimento limitando a abrangência de tal competência.<sup>27</sup> Assim, defende-se que a competência cível dos Juizados deve se limitar apenas para a concessão de medidas protetivas de urgência.

Inclusive, o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID) já aprovou o enunciado nº 03, firmando tal entendimento:

A competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações cíveis e as de Direito de Família ser processadas e julgadas pelas varas cíveis e de família, respectivamente.<sup>28</sup>

Esse entendimento é extremamente prejudicial por dois motivos. O primeiro motivo jaz no fato de que um ato pode ser considerado ilícito tanto na esfera civil como na esfera penal<sup>29</sup>. Logo, diante de uma hipótese de dupla ilicitude, é mais célere que todas as ações cometidas pelo agressor e suas consequências jurídicas sejam analisadas em um único juízo sob a ótica da violência de gênero.

Isso pode ser associado ao conceito da rota crítica. Esse foi elaborado para demonstrar o caminho que a mulher em situação de violência tem que percorrer para ter acesso à justiça. Assim, durante a tentativa das mulheres de sair do ciclo de violência, a vítima tem que lidar com a “falta de apoio, a revitimização e a atitude preconceituosa por parte dos profissionais que deveriam acolhê-las”<sup>30</sup>

O segundo motivo é a multiplicidade de consequências jurídicas que podem surgir de uma situação de violência doméstica. Um divórcio entre um casal com um relacionamento saudável não

---

<sup>26</sup> JAFELICE, Giulia Telles, **DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA: Um estudo de caso da Central de Alternativas Penais de Minas Gerais**, Fundação Getúlio Vargas, 2019, p.19.

<sup>27</sup> DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael, **Aspectos processuais civis da lei Maria da Penha (violência doméstica e familiar contra a mulher)**, Revista dos Tribunais, Revista de Processo, v. 160/2008, n. Jun. 2008, p. 9–31.

<sup>28</sup> FÓRUM NACIONAL DE JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, **Enunciado nº 03**, aprovado no VI FONAVID.

<sup>29</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio, **Programa de responsabilidade civil (12a. ed.)**, São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015, p. 31/32.

<sup>30</sup> BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de, **Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica**, Revista Polis e Psique, v. 6, n., 2016, p. 71.

pode ser equiparado à um divórcio entre uma mulher e seu agressor. Por isso, é fundamental que o magistrado que venha a decidir sobre esse divórcio tenha capacitação específica para lidar com tal situação de modo a garantir a proteção integral da mulher. Ademais, o conhecimento do histórico de violência do casal pode alterar completamente as decisões a serem proferidas, afetando até mesmo eventuais filhos que o casal tenha.<sup>31</sup>

Apesar da tentativa de doutrinadores de limitar a competências dos Juizados Especiais da Violência contra a Mulher, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou sobre o tema em diferentes oportunidades. Nos julgamentos dos Recursos Especiais nº 1475006/MT<sup>32</sup>;

---

<sup>31</sup> DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na Justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**, p.107.

<sup>32</sup> “RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. LEI MARIA DA PENHA. MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA EM TRÂMITE JUNTO À VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. ART. 14, DA LEI Nº 11.340/2006. COMPETÊNCIA HÍBRIDA. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO PELO JVDFM. ACÓRDÃO ESTADUAL MANTIDO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da justiça ordinária têm competência cumulativa para o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 14, da Lei nº 11.340/2006. 2. Negar o julgamento pela Vara especializada, postergando o recebimento dos provisionais arbitrados como urgentes, seria não somente afastar o espírito protetivo da lei, mas também submeter a mulher a nova agressão, ainda que de índole diversa, com o prolongamento de seu sofrimento ao menos no plano psicológico. 3. Recurso especial não provido.” (REsp 1475006/MT, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 30/10/2014).

1496030/MT<sup>33</sup> e 1550166/DF<sup>34</sup>. Nota-se, portanto, que, apesar de, aparentemente, a letra da lei não gerar grandes dúvidas, a questão ainda é alvo de debate e está longe de ser pacificada.

<sup>33</sup> “RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO DISTRIBUÍDA POR DEPENDÊNCIA À MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA PREVISTA NA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). 1. COMPETÊNCIA HÍBRIDA E CUMULATIVA (CRIMINAL E CIVIL) DO “JUIZADO” ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AÇÃO CIVIL ADVINDA DO CONSTRANGIMENTO FÍSICO E MORAL SUPOSTO PELA MULHER NO ÂMBITO FAMILIAR E DOMÉSTICO. 2. POSTERIOR EXTINÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA. IRRELEVÂNCIA PARA EFEITO DE MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O art. 14 da Lei n. 11.340/2006 preconiza a competência cumulativa (criminal e civil) da Vara Especializada da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para o julgamento e execução das causas advindas do constrangimento físico ou moral suportado pela mulher no âmbito doméstico e familiar. 1.1 A amplitude da competência conferida pela Lei n. 11.340/2006 à Vara Especializada tem por propósito justamente permitir ao mesmo magistrado o conhecimento da situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, permitindo-lhe bem sopesar as repercussões jurídicas nas diversas ações civis e criminais advindas direta e indiretamente desse fato. Providência que a um só tempo facilita o acesso da mulher, vítima de violência familiar e doméstica, ao Poder Judiciário, e confere-lhe real proteção. 1.2. Para o estabelecimento da competência da Vara Especializada da Violência Doméstica ou Familiar Contra a Mulher nas ações de natureza civil (notadamente, as relacionadas ao Direito de Família), imprescindível que a correlata ação decorra (tenha por fundamento) da prática de violência doméstica ou familiar contra a mulher, não se limitando, por conseguinte, apenas às medidas protetivas de urgência previstas nos arts. 22, incisos II, IV e V; 23, incisos III e IV; e 24, que assumem natureza civil. Tem-se, por relevante, ainda, para tal escopo, que, no momento do ajuizamento da ação de natureza civil, seja atual a situação de violência doméstica e familiar a que a demandante se encontre submetida, a ensejar, potencialmente, a adoção das medidas protetivas expressamente previstas na Lei n. 11.340/2006, sob pena de banalizar a competência das Varas Especializadas. 2. Na espécie, a ação de divórcio foi promovida em 16/6/2013, em meio à plena vigência de medida protetiva de urgência destinada a neutralizar a situação de violência a que a demandante encontrava-se submetida, a ensejar a pretensão de dissolução do casamento. Por consectário, a posterior extinção daquela (em 8/10/2013), decorrente de acordo entabulado entre as partes, homologado pelo respectivo Juízo, afigura-se irrelevante para o efeito de se modificar a competência. 3. Recurso Especial provido.” (REsp 1496030/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 19/10/2015).

<sup>34</sup> “RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE SUPRIMENTO JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO PATERNA PARA QUE A MÃE POSSA RETORNAR AO SEU PAÍS DE ORIGEM (BOLÍVIA) COM O SEU FILHO, REALIZADO NO BOJO DE MEDIDA PROTETIVA PREVISTA NA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). 1. COMPETÊNCIA HÍBRIDA E CUMULATIVA (CRIMINAL E CIVIL) DO JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AÇÃO CIVIL ADVINDA DO CONSTRANGIMENTO FÍSICO E MORAL SUPOSTO PELA MULHER NO ÂMBITO FAMILIAR E DOMÉSTICO. 2. DISCUSSÃO QUANTO AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. CAUSA DE PEDIR FUNDADA, NO CASO, DIRETAMENTE, NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELA GENITORA. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O art. 14 da Lei n. 11.340/2006 preconiza a competência cumulativa (criminal e civil) da Vara Especializada da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para o julgamento e execução das causas advindas do constrangimento físico ou moral suportado pela mulher no âmbito doméstico e familiar. 1.1 A amplitude da competência conferida pela Lei n. 11.340/2006 à Vara Especializada tem por propósito justamente permitir ao mesmo magistrado o conhecimento da situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, permitindo-lhe bem sopesar as repercussões jurídicas nas diversas ações civis e criminais advindas direta e indiretamente desse fato. Providência que a um só tempo facilita o acesso da mulher, vítima de violência familiar e doméstica, ao Poder Judiciário, e confere-lhe real proteção. 1.2. Para o estabelecimento da competência da Vara Especializada da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nas ações de natureza civil (notadamente, as relacionadas ao Direito de Família), imprescindível que a correlata ação decorra (tenha por fundamento) da prática de violência doméstica ou familiar contra a mulher, não se limitando, assim, apenas às medidas protetivas de urgência previstas nos arts. 22, incisos II, IV e V; 23, incisos III e IV; e 24, que assumem natureza civil. Tem-se, por relevante, ainda, para tal escopo, que, no momento do ajuizamento da ação de natureza civil, seja atual a situação de violência doméstica e familiar a que a demandante se encontre submetida, a ensejar, potencialmente, a adoção das medidas protetivas expressamente previstas na Lei n. 11.340/2006, sob pena de banalizar a competência das Varas

## 2.2 As formas de violência previstas na Lei Maria da Penha: a interação entre a esfera cível e a esfera penal

Conforme demonstrado no item anterior, a Lei Maria da Penha possui caráter híbrido, de modo que uma mulher em situação de violência pode buscar tanto uma tutela civil, como no caso das medidas protetivas, como uma tutela penal. A interação entre as duas esferas é fundamental, pois, para um combate efetivo da violência de gênero, é necessário mais do que a repressão, sendo fundamentais a proteção e, também, a reparação. Assim, é importante entender como tal interação se dá atualmente.

A violência contra a mulher pode se manifestar de diversas maneiras. Assim, o texto da Lei Maria da Penha prevê cinco formas de violência, sendo essas a (i) violência física, a (ii) violência psicológica, a (iii) violência sexual, a (iv) violência patrimonial e (v) a violência moral. Essas possuem definição expressa no próprio texto da Lei, que dispõe o seguinte:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:  
 I - a **violência física**, entendida como qualquer **conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal**;  
 II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer **conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima** ou que lhe **prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento** ou que vise **degradar** ou **controlar suas ações**, comportamentos, crenças e decisões, **mediante ameaça**, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização,

---

Especializadas. 2. Em atenção à funcionalidade do sistema jurisdicional, a lei tem por propósito centralizar no Juízo Especializado de Violência Doméstica Contra a Mulher todas as ações criminais e civis que tenham por fundamento a violência doméstica contra a mulher, a fim de lhe conferir as melhores condições cognitivas para deliberar sobre todas as situações jurídicas daí decorrentes, inclusive, eventualmente, a dos filhos menores do casal, com esteio, nesse caso, nos princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e demais regras protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. 2.1 É direito da criança e do adolescente desenvolver-se em um ambiente familiar saudável e de respeito mútuo de todos os seus integrantes. A não observância desse direito, em tese, a coloca em risco, se não físico, psicológico, apto a comprometer, sensivelmente, seu desenvolvimento. Eventual exposição da criança à situação de violência doméstica perpetrada pelo pai contra a mãe é circunstância de suma importância que deve, necessariamente, ser levada em consideração para nortear as decisões que digam respeito aos interesses desse infante. No contexto de violência doméstica contra a mulher, é o juízo da correlata Vara Especializada que detém, inarredavelmente, os melhores subsídios cognitivos para preservar e garantir os preponderantes interesses da criança, em meio à relação conflituosa de seus pais. 3. Na espécie, a pretensão da genitora de retornar ao seu país de origem, com o filho que pressupõe suprimimento judicial da autorização paterna e a concessão de guarda unilateral à genitora, segundo o Juízo a quo deu-se em plena vigência de medida protetiva de urgência destinada a neutralizar a situação de violência a que a demandante encontrava-se submetida. 4. Recurso Especial provido.” (REsp 1550166/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 18/12/2017).

exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause **prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação**;

III - a **violência sexual**, entendida como **qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada**, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a **impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação**, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a **violência patrimonial**, entendida como **qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição** parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou **recursos econômicos**, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure **calúnia, difamação ou injúria**.<sup>35</sup>(grifos próprios)

As definições previstas no artigo 7º não possuem caráter taxativo, sendo possível a manifestação de outras formas de violência dentro do contexto de um relacionamento abusivo.<sup>36</sup> Contudo, apesar da Lei Maria da Penha ter sido extremamente inovadora, em especial com a menção expressa da violência psicológica, isso não foi integralmente acolhido pelo Código Penal.

A (i) violência física é expressamente tutelada pelo Art. 121, VI<sup>37</sup>, bem como pelo Art. 129, §9º do Código Penal<sup>38</sup>, que tratam, respectivamente, do feminicídio e da violência doméstica<sup>39</sup>. A violência física, dentre as violências previstas no artigo 7º, é a que melhor foi recepcionada pelo Código Penal. Isto pois, tanto no contexto da lesão corporal como do homicídio, o tipo penal prevê a prática do crime pelo agente especificamente dentro do contexto da violência de gênero.

Também há legislação específica para a (iii) violência sexual contra a mulher no Art. 213<sup>40</sup> do mesmo dispositivo legal, que trata do crime de estupro, bem como nos artigos subsequentes,

<sup>35</sup> BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

<sup>36</sup> BERNARDES, Marcia Nina; DE SOUZA COSTA, Rodrigo, **Os Parâmetros Internacionais de Prevenção da Violência Doméstica Contra Mulheres: Uma Comparação com os Instrumentos Previstos na Lei Maria da Penha**, Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 1, n. 1, p. 185–211, 2015.

<sup>37</sup> “Art. 121. Matar alguém: VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Pena - reclusão, de doze a trinta anos”.

<sup>38</sup> “Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006). Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)”.

<sup>39</sup> Importante notar que a inclusão do §9º apenas se deu após a promulgação da Lei Maria da Penha.

<sup>40</sup> “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena – reclusão de 6 (seis) a 10 (dez) anos”.

“Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos”.



que tratam da violação sexual mediante fraude<sup>41</sup>, da importunação sexual<sup>42</sup>, do assédio sexual<sup>43</sup> e do registro não atualizado na intimidade sexual<sup>44</sup>.

No mais, interessante notar que a (v) violência moral está tipificada no capítulo V do Código Penal, dado que calúnia<sup>45</sup>, injúria<sup>46</sup> e difamação<sup>47</sup> configuram crimes contra a honra. Contudo, apesar da evidente tipificação dessa violência, não foram localizados, no TJSP, caso que discutam esse crime no contexto da Lei Maria da Penha.

Uma possível hipótese para explicar tal constatação jaz no Art. 145<sup>48</sup>, que estabelece que tais crimes apenas serão apurados mediante queixa-crime. Logo, trata-se ação privada e a relação da mulher com a tutela penal, em especial dentro de uma relação abusiva, pode ser um grande fator que a impede de reportar os danos sofridos.

No que tange a (iv) violência patrimonial, inegável que há certa proteção penal, dado que o título II do Código Penal legisla sobre os crimes contra o patrimônio. Contudo, tal regulação é ineficaz, pois se trata apenas de uma formalização genérica da conduta, e não de uma regulação específica que observa a problemática sob o ângulo da violência de gênero. No mais, a violência patrimonial não é tão evidente como esses tipos penais, não produzindo um conjunto probatório tão robusto, como é o caso do controle de patrimônio, por exemplo.

Assim, tem-se que, ainda que tal questão seja apreciada pela esfera penal, não necessariamente o magistrado vai avaliar o caso sob a perspectiva de direito da mulher. Desta forma, os tipos penais tutelam o patrimônio, mas o que não está tutelado na norma penal é o cenário

---

<sup>41</sup> “Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.”

<sup>42</sup> “Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria vantagem lascívia ou a de terceiro. Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos se o ato não constitui crime mais grave”.

<sup>43</sup> “Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. § 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.”

<sup>44</sup> “Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes. Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo.”

<sup>45</sup> “Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa”.

<sup>46</sup> “Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa”.

<sup>47</sup> “Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação. Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa”.

<sup>48</sup> “Art. 145. Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 140, §2º, da violência resulta lesão corporal”.

fático de violência de gênero no qual o crime foi cometido. Logo, muito embora seja possível obter uma condenação penal, tal condenação não vai abordar essa violência, e muitas vezes, e não irá ao menos dialogar com essa, pois quem está protegido na lei penal é o patrimônio, e não a mulher.<sup>49</sup>

Finalmente, no tocante à (ii) violência psicológica, não há qualquer previsão dessa na lei penal que possa especificamente lidar com essas situações, que são, talvez, as mais difíceis de serem comprovadas. Isso faz com que não seja possível, ao menos em tese, impor uma pena em casos de ocorrência de violência psicológica, o que torna a esfera cível a única na qual a mulher pode buscar algum tipo de proteção e reparação.

A omissão da lei em relação à violência doméstica e, em particular, a violência psicológica, é especialmente grave quando se considera a dificuldade de sua identificação:

Os insultos, chantagens, isolamento dos amigos e familiares, ridicularização, ameaça, manipulação afetiva, são alguns dos exemplos de violência psicológica. Ao contrário do que parece, portanto, a violência psicológica é muito mais comum, e, talvez, até mais perigosa. Isso porque ela ocorre, muitas vezes, de forma discreta, sem que a vítima perceba, sendo aceita, na maioria dos casos, como algo normal, o que dificulta seu combate.<sup>50</sup>

Normalmente, a violência psicológica se manifesta de três maneiras<sup>51</sup>. A primeira delas é o (a) cativoiro. Nesse *modus operandi*, o agressor adota comportamentos para evitar que a mulher tenha qualquer contato com alguém que não ele, como, por exemplo, trancá-la em casa quando ele sai. A segunda forma é o (b) isolamento. Nessa tem-se que o agressor faz com que a mulher não estabeleça e/ou mantenha qualquer relação significativa, para que a vítima se preocupe e pense apenas nele. Finalmente, tem-se também a (c) propaganda. Agressores que adotam essa linha de comportamento constantemente humilham e diminuem a vítima, para que ela sinta como se não tivesse valor, e, por isso, fosse extremamente sortuda de estar tendo a oportunidade de se relacionar com o seu agressor.

No mais, é importante ressaltar que, conforme demonstrado no item 1.2, todas as violências aqui analisadas possuem um caráter cíclico. E, na sociedade machista e patriarcal em que vivemos,

---

<sup>49</sup> MOURA, Lenise Marinho Mendes; DA SILVA, Pollyanna Gonçalves; MACHADO, Joana de Moraes Souza; *et al*, **A violência patrimonial no âmbito da lei Maria da Penha**, Revista Brasileira de Economia Doméstica, v. 24, n. 1, p. 207–236, 2013.

<sup>50</sup> BAGGENSTOSS, **Direito das Mulheres**, p. 81.

<sup>51</sup> DA FONSECA, Denire Holanda; RIBEIRO, Cristiane Galvão; BARBOSA, Noêmia Soares, **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**, Psicologia & Sociedade, v. 24, n. 2, p. 307–314, 2012.

a mulher tende a ser considerada a culpada. Aqueles à sua volta a acusam de ter causado a situação, de não ter sido uma boa companheira. A mulher que percebe que está em um relacionamento abusivo e consegue tomar as atitudes necessárias para sair dele, por óbvio, não deveria ter que lidar com tais julgamentos, mas, infelizmente, essa ainda não é a realidade da sociedade brasileira.

Logo, tem-se uma situação na qual a mulher já possui um sentimento extremo de culpa, e, por isso, realizar um Boletim de Ocorrência, que pode resultar em uma perseguição penal de seu ex-companheiro, acaba sendo percebida como uma medida muito extrema, e, consequentemente, não é adotada pela vítima.

Esse sentimento de culpa não deixa de ser uma forma de opressão. Contudo, na tutela civil, pelo fato de as consequências não jurídicas não implicarem em um cerceamento de liberdade, a culpa, e, consequentemente, a opressão residual que a vítima encara, é dirimida.

Assim, a lógica de um relacionamento abusivo apenas reforça a necessidade de uma tutela cível efetiva, para que a mulher tenha outras opções que não a tutela penal. Isto pois, a vítima, ao invés de ficar inerte, irá buscar a devida reparação pela violência sofrida, enfrentando mais uma forma de opressão, ou seja, a sua culpa.

Interessante notar que, inclusive, a hipótese de a culpa da mulher ser um impeditivo na realização da denúncia é corroborada pelas estatísticas apresentadas no item 1.1. Isto pois, nos casos de violência registrados em 2018, apenas 23,60% foram cometidos por desconhecidos e apenas 23,8% das mulheres que foram vítimas reportaram para o ocorrido para uma autoridade policial. Os números são, coincidentemente, quase idênticos, o que nos leva a pensar que talvez as vítimas que mais frequentemente reportam a violência são aquelas que sofreram violência praticada por um desconhecido.

Portanto, além da lei penal não recepcionar adequadamente as formas de violência previstas na lei, tem-se a complicada relação da mulher com a tutela penal como mais um fator que reforça a necessidade da tutela civil para que se tenha, de fato, uma proteção e uma reparação integral da mulher. Desse modo, o presente trabalho, em seus capítulos 3 e 4, irá analisar como o judiciário brasileiro vem enfrentado tal questão em casos práticos

### **2.3 A previsão legal do dano moral em situações de violência**

Conforme demonstrado no item 2.2, não há correspondência entre as violências e os tipos penais. Contudo, como a Lei Maria da Penha se propõe a ser híbrida, isso, *a priori*, não é um empecilho. O problema apenas surge diante de uma aplicação limitada da lei, que faz com que seus dispositivos sejam aplicados apenas na esfera penal.

Ocorre que tal aplicação se distância do propósito inicial da legislação e apenas restringe o acesso à justiça da vítima. Isto pois, como não são todas as formas de violência contra a mulher que possuem tipificação penal, as medidas não penais são o único meio de garantir o *enforcement* do artigo 7º e seus incisos.

Nesse cenário, a reparação dos danos imateriais sofridos pela vítima de violência se apresenta como uma medida não penal crucial no combate à violência contra a mulher. Desta forma é possível garantir, de fato, uma proteção jurídica integral, que contemple sua proteção e sua reparação<sup>52</sup>. Tal reparação, inclusive, deve ser feita por meio da indenização pelos danos morais sofridos.

Existe, no ordenamento jurídico brasileiro, o instituto do dano moral *ex delicto*. Conforme disposto pelo artigo 63 do Código de Processo Penal, uma vez “Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.”<sup>53</sup>

Conforme ensina Edilson Bonfin, trata-se de “(...) uma proposta no juízo civil pelo ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros para obter a reparação do dano provocado pela infração penal. Abrange tanto o ressarcimento do dano patrimonial como a reparação moral.”<sup>54</sup>

Diante do texto da lei, nota-se que a ação civil *ex delicto* possui hipótese de cabimento bem delimitada, sendo necessária sentença de natureza penal condenatória transitada e julgada para sua proposição.<sup>55</sup> Assim, caso esse fosse o único remédio civil passível de ser utilizado pela mulher, incorrer-se-ia no mesmo problema.

Por isso, é fundamental o reconhecimento dos danos morais mesmo nos casos em que não tenha havido condenação penal. Trata-se de direito expresso na constituição, em seu artigo 5º, inciso X, que estabelece que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das

---

<sup>52</sup> PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela, **A violência doméstica contra a mulher e a proteção dos direitos humanos**, Direitos humanos no cotidiano jurídico, 2004, p. 68.

<sup>53</sup> RÉPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Código de Processo Penal**, promulgado em 03 de outubro de 1941.

<sup>54</sup> BONFIM, Edilson Mougenot, **Curso de processo penal**. Saraiva Educação SA, 2010, p. 286.

<sup>55</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto, **Código penal: comentado**, 5a. ed. atualizada. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2009, p. 434.

peessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”<sup>56</sup>

Não obstante, a Lei Maria da Penha também prevê qualquer ação ou omissão que cause dano moral à mulher é violência doméstica:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Têm-se, portanto, que a legislação brasileira prevê o direito à indenização de maneira expressa. Contudo, para que essa hipótese seja aplicada no cenário fático, deve-se determinar o que configura uma violação passível de ser indenizável, excluindo-se os meros aborrecimentos do cotidiano.

O dano moral pode ser caracterizado “quando (...) a lesão afeta sentimentos, vulnera afeições legítimas e rompe o equilíbrio espiritual, produzindo angústia, humilhação, dor (...).”<sup>57</sup> No mais, a doutrina brasileira tem entendido que, na hipótese de violação de um direito de personalidade, é cabível a indenização por danos morais.<sup>58</sup> Assim, para determinar o cabimento dos danos morais, devemos entender o que são direitos de personalidade e, assim, determinar se esses são violados pelo agressor ao perpetuar uma violência de gênero.

Trata-se de uma espécie de direito que, conforme disposto pelo artigo 11 do Código Civil Brasileiro, é intransmissível, irrenunciável e indisponível.<sup>59</sup> Dentre esses estão, por exemplo, o

<sup>56</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Constituição Federal**, promulgada em 1988.

<sup>57</sup> SANTOS, Antonio Jeová, **Dano moral indenizável**, 4a. ed. rev., ampliada e atualizada de acordo com o novo Código civil. São Paulo, SP, Brasil: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 78.

<sup>58</sup> BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR, Eduardo Carlos Bianca, **Reparação civil por danos morais**, 4a edição, revista, aumentada e modificada / por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo, SP: Saraiva, 2015, p. 44.

<sup>59</sup> TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**, São Paulo: Editora Método, 5ª ed., 2015, p. 93.

direito à integridade física<sup>60</sup>, à integridade psíquica<sup>61</sup> e direitos morais<sup>62</sup>. De modos gerais, pode-se dizer que o direito à integridade como um todo configura um direito de personalidade<sup>63</sup>.

Assim, uma mulher vítima de qualquer uma das formas de violências descritas no item 1.2 sofre uma violação desse direito. Nos casos das violências física, psicológica e sexual, a violação à integridade da mulher, seja essa física ou sexual, é evidente, não restando dúvidas sobre o cabimento de danos morais diante de uma violação de direito de personalidade.

No caso da violência moral, trata-se de uma forma de agressão que, como o próprio nome evidencia, viola a moral da mulher, justificando a reparação por danos morais. Já no caso da violência patrimonial, essa é uma tentativa de homem de controlar a mulher fazendo com que ela dependa financeiramente de seu agressor. Isso é uma violação direta de um direito de personalidade, na medida em que esses são uma forma de garantir a “preservação da individualidade, a fim de se mantenham íntegros os valores individuais e sociais da pessoa humana e possa ela, assim, cumprir os respectivos fins na sociedade”<sup>64</sup>. Uma violência de gênero de natureza patrimonial configura uma afronta justamente a esse ideal, pois é uma tentativa do homem de tentar controlar a mulher e retirar dela toda e qualquer individualidade.<sup>65</sup>

---

<sup>60</sup> Artigos 13, 14 e 20 do Código Civil.

<sup>61</sup> Artigo 21 do Código Civil.

<sup>62</sup> Artigo 5º da Constituição Federal.

<sup>63</sup> MOURA *et al*, A violência patrimonial no âmbito da lei Maria da Penha, p. 168.

<sup>64</sup> BITTAR; BITTAR, **Reparação civil por danos morais**, p. 68/69.

<sup>65</sup> BASTOS, Marcelo Lessa, **Violência doméstica e familiar contra a mulher. Lei" Maria da Penha". Alguns comentários**, Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 10, 2006, p. 11.

### **3. TEMA 938 DO STJ E A FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA**

No dia 28/02/2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou o Tema de Recurso Repetitivo 983 a partir do julgamento dos Recursos Especiais 1.643.051/MS e 1.675.874/MS. O acórdão firmou a seguinte tese:

Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não indicada a quantia, e independentemente de instrução probatória específica.<sup>66</sup>

Assim, o tribunal abordou, pela primeira vez, a possibilidade de indenização dos danos imateriais sofridos pela mulher vítima de violência, que, conforme já demonstrado no item 2.3, encontra amplo respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. No presente capítulo, irei analisar tal julgamento, bem como os fundamentos adotados pelo STJ e a repercussão jurídica do caso.

#### **3.1 Julgamento dos Recursos Especiais 1.643.051/MS e 1.675.874/MS e tese jurídica firmada**

O Recurso Especial nº 1.643.051/MS trata de crime de ameaça, em que o réu foi condenado com fundamento no artigo 147, aplicado em conjunto com o artigo 61, II, "f", ambos do Código Penal, após ter apontado uma arma de fogo calibre .38 no rosto de sua irmã, e, posteriormente, ter tentando adentrar em sua residência à força, chutando repetidamente o portão da casa da vítima. O réu foi preso em flagrante e a vítima solicitou o deferimento de medidas protetivas, que foram concedidas pelo juízo de primeira instância. O Ministério Público, ao apresentar denúncia, realizou pedido expresso de indenização, com fundamento no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal.

A sentença proferida em primeira instância condenou o réu a cumprir 2 meses e 10 dias de detenção, em regime aberto. Esse foi condenado, ainda, pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, tendo que cumprir 2 anos e 6 meses também em regime aberto, além de ter que pagar multa. Finalmente, foi deferido o pagamento à vítima na importância de R\$3.000,00 à título de

---

<sup>66</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Tema 983.

indenização por danos morais. O réu apelou e não obteve sucesso, sendo a sentença mantida em sua integralidade. Contudo, foi reconhecido efeitos infringentes em sede de embargos de declaração para afastar a indenização arbitrada.

Já no Recurso Especial nº 1.675.874 /MS trata de crime de agressão. O réu, que foi condenado com cunho no artigo 129, § 9º, do Código Penal, deferiu um tapa em sua ex-companheira com tamanha força que a derrubou, e, antes que ela pudesse se levantar, o réu a atropelou com seu veículo. As lesões causadas foram constatadas em laudo médico pericial. Nesse caso, também foram deferidas medidas protetivas de urgência solicitadas pela vítima. No mais, também houve pedido expresso de indenização pelo Ministério Público quando do oferecimento da denúncia.

O réu foi condenado a 4 meses em regime aberto, e, ainda, a pagar R\$3.000,00 de indenização por danos morais. Assim, como no primeiro caso, houve apelação, mas a sentença foi mantida. A alteração também foi feita em sede de embargos de declaração, dado que foi reconhecido efeito infringente de modo a afastar o quantum indenizatório arbitrado.

Diante do julgamento conjunto dos casos, esses possuem ementa e fundamentação comum. Nesse sentido, decidiu o STJ:

RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBMETIDO AO RITO DOS REPETITIVOS (ART. 1.036 DO CPC, C/C O ART. 256, I, DO RISTJ). VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO MÍNIMA. ART. 397, IV, DO CPP. PEDIDO NECESSÁRIO. PRODUÇÃO DE PROVA ESPECÍFICA DISPENSÁVEL. DANO IN RE IPSA. FIXAÇÃO CONSOANTE PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUÍZO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça – sob a influência dos princípios da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), da igualdade (CF, art. 5º, I) e da vedação a qualquer discriminação atentatória dos direitos e das liberdades fundamentais (CF, art. 5º, XLI), e em razão da determinação de que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (art. 226, § 8º) – tem avançado na maximização dos princípios e das regras do novo subsistema jurídico introduzido em nosso ordenamento com a Lei nº 11.340/2006, vencendo a timidez hermenêutica no reproche à violência doméstica e familiar contra a mulher, como deixam claro os verbetes sumulares nºs 542, 588, 589 e 600.

2. Refutar, com veemência, a violência contra as mulheres implica defender sua liberdade (para amar, pensar, trabalhar, se expressar), criar mecanismos para seu fortalecimento, ampliar o raio de sua proteção jurídica e otimizar todos os instrumentos normativos que de algum modo compensem ou atenuem o sofrimento e os malefícios causados pela violência sofrida na condição de mulher.



3. A evolução legislativa ocorrida na última década em nosso sistema jurídico evidencia uma tendência, também verificada em âmbito internacional, a uma maior valorização e legitimação da vítima, particularmente a mulher, no processo penal.

4. Entre diversas outras inovações introduzidas no Código de Processo Penal com a reforma de 2008, nomeadamente com a Lei n. 11.719/2008, **destaca-se a inclusão do inciso IV ao art. 387, que, consoante pacífica jurisprudência desta Corte Superior, contempla a viabilidade de indenização para as duas espécies de dano – o material e o moral –, desde que tenha havido a dedução de seu pedido na denúncia ou na queixa.**

5. Mais robusta ainda há de ser tal compreensão quando se cuida de danos morais experimentados pela mulher vítima de violência doméstica. Em tal situação, emerge a inarredável compreensão de que **a fixação, na sentença condenatória, de indenização, a título de danos morais, para a vítima de violência doméstica, independe de indicação de um valor líquido e certo pelo postulante da reparação de danos, podendo o quantum ser fixado minimamente pelo Juiz sentenciante, de acordo com seu prudente arbítrio.**

6. No âmbito da reparação dos danos morais – visto que, por óbvio, os danos materiais dependem de comprovação do prejuízo, como sói ocorrer em ações de similar natureza –, **a Lei Maria da Penha, complementada pela reforma do Código de Processo Penal já mencionada, passou a permitir que o juízo único – o criminal – possa decidir sobre um montante que, relacionado à dor, ao sofrimento, à humilhação da vítima, de difícil mensuração, deriva da própria prática criminosa experimentada.**

7. Não se mostra razoável, a esse fim, a **exigência de instrução probatória acerca do dano psíquico, do grau de humilhação, da diminuição da autoestima etc., se a própria conduta criminosa empregada pelo agressor já está imbuída de desonra, descrédito e menosprezo à dignidade e ao valor da mulher como pessoa.**

8. Também **justifica a não exigência de produção de prova dos danos morais sofridos com a violência doméstica** a necessidade de melhor concretizar, com o suporte processual já existente, o atendimento integral à mulher em situação de violência doméstica, de sorte a reduzir sua revitimização e as possibilidades de violência institucional, consubstanciadas em sucessivas oitivas e pleitos perante juízos diversos.

9. **O que se há de exigir como prova**, mediante o respeito ao devido processo penal, de que são expressão o contraditório e a ampla defesa, **é a própria imputação criminosa** – sob a regra, derivada da presunção de inocência, de que o onus probandi é integralmente do órgão de acusação –, porque, uma vez demonstrada a agressão à mulher, os danos psíquicos dela derivados são evidentes e nem têm mesmo como ser demonstrados.

10. Recurso especial provido para restabelecer a indenização mínima fixada em favor pelo Juízo de primeiro grau, a título de danos morais à vítima da violência doméstica.

**TESE EXTRAÍDA DO RESP:** Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.

### 3.2 Fundamentos dos acórdãos

Para fundamentar sua decisão, o voto do Relator, o Senhor Ministro Rogerio Schietti Cruz, analisou a evolução da jurisprudência brasileira e a imposição da indenização em sentença condenatória. Arguiu que o Brasil vem, por meio de medidas dos três poderes do governo, aprimorando o sistema de proteção disponibilizado à mulher vítima de violência doméstica.

Uma das medidas mencionadas pelo Ministro foi a inclusão do inciso IV no artigo 387 do Código de Processo Penal através da Lei nº 11.719/2008, dando ao inciso a seguinte redação: “Art. 387 - O juiz, ao proferir sentença condenatória: IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

No mais, o relator menciona, ainda, tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a CEDAW, além dos esforços conjuntos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do Governo Federal, que resultaram, inclusive, na Lei Maria da Penha. Assim, entende o relator que:

As dores sofridas historicamente pela mulher vítima de violência doméstica são incalculáveis e certamente são apropriadas em grau e amplitude diferentes. Sem embargo, é impositivo, posto que insuficiente, reconhecer a existência dessas dores, suas causas e consequências. É preciso compreender que defender a liberdade humana, sobretudo em um Estado Democrático de Direito, também consiste em refutar, com veemência, a violência contra as mulheres, defender sua liberdade (para amar, pensar, trabalhar, se expressar), criar mecanismos para seu fortalecimento, ampliar o raio de sua proteção jurídica e otimizar todos os instrumentos normativos que de algum modo compensem ou minimizem o sofrimento e os malefícios causados pela violência sofrida na condição de mulher.

No que tange os argumentos jurídicos trazidos em seu voto, é tecida uma análise que conclui pela necessidade de haver pedido expresso por parte da vítima ou do Ministério Público pedindo danos morais, dada a necessidade de garantir ao réu o direito ao contraditório e a ampla defesa. Contudo, entende que não há necessidade de especificar, neste pedido, o valor pretendido, podendo o juízo arbitrar o quantum indenizatório. Finalmente, entende que não há necessidade de produção adicional de provas, sendo a condenação penal suficiente:

O que se há de exigir como prova, mediante o respeito às regras do devido processo penal – notadamente as que derivam dos princípios do contraditório e da ampla defesa –, é a própria imputação criminosa – sob a regra, decorrente da presunção de inocência, de que o *onus probandi* é integralmente do órgão de

acusação —, porque, uma vez demonstrada a agressão à mulher, os danos psíquicos dela resultantes são evidentes e nem têm mesmo como ser demonstrados.

Interessante notar que a fundamentação jurídica adotada no acórdão é pequena. O relator opta por tecer uma análise predominantemente sociológica, na qual ele reconhece a necessidade de indenização por danos morais em uma sociedade patriarcal que oprime as mulheres. Apesar de sua fundamentação ser de extrema pertinente, conforme demonstrado no item 2.3, o cabimento da indenização por danos morais decorre de uma violação de direito de personalidade, e não de uma opressão histórica e constante.

### 3.3 Repercussão e aplicação da tese jurídica

A decisão ora analisada teve relevante repercussão no âmbito jurídico, tendo sido elogiada como uma decisão progressista<sup>67</sup>, que tomou um passo importante na luta pelos direitos femininos.<sup>68</sup> Contudo, é necessário aprofundar a análise desse posicionamento, tendo em vista que a decisão limitou-se a consolidar o entendimento de que é cabível indenização por danos morais para mulheres vítimas de violência. Como já visto no item 2.3, o ordenamento jurídico brasileiro possui elementos para que isso seja uma premissa, e não uma conclusão.

Apesar dos fundamentos da decisão, essa incorreu em uma redundância: afirmar que é cabível indenização *ex delicto* após condenação criminal. É evidente que, se há condenação penal, a parte teria direito à indenização. A necessidade de condenação penal afasta a necessidade de provas adicionais, dado que o conjunto probatório para gerar uma condenação deve ser convincente a ponto de retirar qualquer dúvida sobre a autoria do crime.<sup>69</sup> No mais, conforme disposto pelo artigo 935 do Código Civil, depois de proferida decisão pelo juízo penal, o juízo civil é incompetente para alterar o entendimento firmado.

<sup>67</sup> PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, **Dano moral é presumido quando mulher sofre violência doméstica, decide STJ**, disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/dano-moral-e-presumido-quando-mulher-sofre-violencia-domestica-decide-stj>>, acesso em 08 de jan. de 2020.

<sup>68</sup> MIGALHAS, **STJ: Dano moral por violência doméstica não depende de prova específica**, disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI275603,31047-STJ+Dano+moral+por+violencia+domestica+nao+depende+de+prova+especifica>>, acesso em 08 de jan. de 2020.

<sup>69</sup> SANTOS, Paulo Alves; ROESLER, Cláudia Rosane, **Argumentação, fatos e verdade no processo penal em estados constitucionais**, Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 20, n. 1, 2019, p. 420.

Assim, apesar da decisão esclarecer que não é necessária a produção de provas para a comprovação do dano moral, essa vincula a procedência dos pedidos indenizatórios à condenação criminal. Não há qualquer menção a cenários nos quais a justiça criminal não condenou o réu, mas, ao mesmo tempo, não negou a ocorrência do fato. Portanto, nota-se que a decisão do STJ, apesar de importante, não endereçou o problema que não encontra resposta na lei.

#### **4. REPARAÇÃO DOS DANOS IMATERIAIS INDEPENDENTEMENTE DA CONDENAÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSP**

Diante dos problemas identificados na decisão do STJ, a presente pesquisa passou a averiguar se, no âmbito do TJSP, a incidência da indenização por dano moral para as mulheres vítimas de violência doméstica está atrelada a existência de uma sentença penal condenatória. Assim, fiz um levantamento jurisprudencial com o objetivo de identificar casos no juízo cível nos quais a mulher foi vítima de violência doméstica e o juízo penal, ao analisar o caso, não proferiu uma condenação, mas também não negou a ocorrência do fato.

##### **4.1. Metodologia**

Para o levantamento de jurisprudência no TJSP, realizei um recorte temporal considerando que a decisão do STJ foi proferida no dia 28/03/2018, mas a sua publicação se deu apenas no dia 08/03/2018, razão pela qual adotei como data base para o início do levantamento de julgados o dia 31/03/2018. No mais, para permitir a realização de uma análise aprofundada sobre os julgados levantados, optei por limitar a pesquisa a um ano. Portanto, a data final do levantamento foi o dia 30/03/2019.

Quanto aos termos utilizados para o levantamento de julgados, realizei três varreduras. Na primeira utilizei os termos “dano moral” e “Lei Maria da Penha”, na segunda utilizei “danos morais” e “Lei Maria da Penha”, na terceira utilizei “dano moral” e “violência doméstica”. Optei por não utilizar “danos morais” e “violência doméstica”, pois notei que nenhum novo julgado foi localizado na segunda varredura, na medida em que todos que apareceram como resultado já haviam sido levantados na primeira varredura.

Assim, utilizando esses recortes, 138 acórdãos foram levantados. Como muitos desses fugiam do escopo da pesquisa, criei categorias de exclusão de julgados, sendo essas:

- Questionamento de resultado de concurso público;
- Mera menção dos termos pesquisados na jurisprudência ou argumento da parte;
- Conflito de jurisdição;

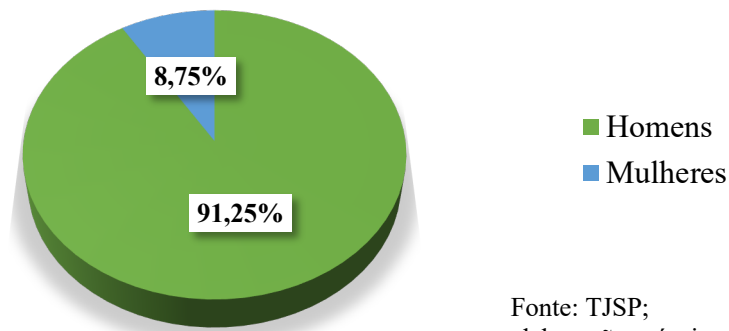
- Pedido de indenização por uso inapropriado do direito de imagem<sup>70</sup>;
- Pedido de indenização por dano material de veículo;
- Menção dos termos pesquisados nos antecedentes do réu;
- Ações que versam sobre a responsabilidade civil do Estado;
- Pedido de danos morais por infidelidade;
- Menção da ocorrência de violência doméstica como hipótese de prisão preventiva<sup>71</sup>.

A aplicação desses critérios resultou na exclusão de 58 julgados. Assim, foram analisados 80 julgados.

## 4.2 Resultados

Dos 80 julgados analisados, um dado chama a atenção: o elevado número de julgadores do sexo masculino. Apenas 7 casos foram julgados por uma mulher, o que, em números percentuais, representa apenas 8,75% dos casos.

### 4. GÊNERO DOS JULGADORES



<sup>70</sup> Nesses casos, os pleitos eram formulados pelo agressor em face de algum veículo de comunicação.

<sup>71</sup> Tal menção ocorria em casos de Habeas Corpus. Contudo, exclui-se apenas casos que fugiram do escopo material da pesquisa.

Dos 80 julgados analisados, 64 abordam a palavra da vítima. Para classificá-los, considere casos em que a palavra da vítima foi valorizada aqueles em que essa foi a única ou uma das únicas provas, e foi o elemento principal para a condenação do agressor. Já os casos em que houve a desvalorização foram necessárias outras provas para o convencimento do magistrado ou, ainda, na ausência dessas, não houve condenação, pois o julgador não entendeu que não poderia se basear apenas no testemunho da vítima.

No que diz respeito ao peso dado a essa, notei que a vasta maioria dos julgados que mencionavam a importância que deve ser dada a palavra da vítima apenas o fazem diante da existência de demais provas nos autos, e, em alguns casos, de confissão por parte do réu.

Contudo, alguns casos valorizavam a palavra da vítima, mesmo essa sendo a única prova nos autos. Como exemplo, é possível mencionar a apelação criminal nº 0004174-14.2017.8.26.0404, na qual, além de fundamentar a decisão integralmente no relato da mulher, o magistrado ainda utilizou jurisprudência para demonstrar a necessidade de valorizá-lo. Nas apelações criminais nº 0012030-24.2014.8.26.0278 e nº 0009200-53.2013.8.26.0009, a palavra da vítima também foi fortemente valorizada.

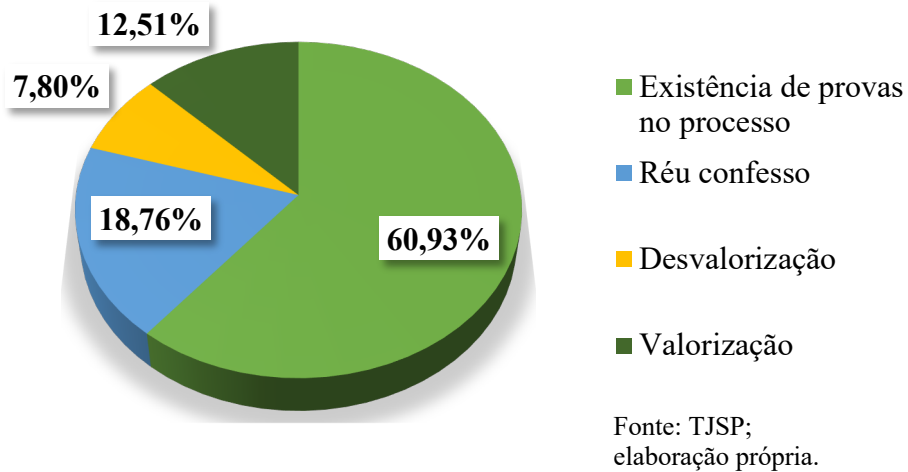
Infelizmente, em outros casos a palavra da vítima foi fortemente questionada, e tais questionamentos apenas cessaram diante da juntada de provas para corroborar sua narrativa. Essa situação ocorreu na apelação criminal nº 0001820-72.2017.8.26.0062. Nesse caso, a palavra da vítima foi amplamente questionada, e isso apenas cessou com a juntada de mensagens trocadas através do aplicativo WhatsApp que corroboraram os fatos narrados.

Nos demais julgados, a vasta maioria questionou e desvalorizou a palavra da vítima, como no caso da apelação criminal nº 0000823-22.2017.8.26.0537, que, inclusive, concedeu o pedido do réu pelo pedido de regime aberto. Nota-se, portanto, que são poucos os que analisam de maneira positiva o depoimento da mulher, de modo a valorizá-lo.

Isto é extremamente problemático por se tratar de elemento probatório essencial não apenas para a comprovação da ocorrência da violência, como também para a classificação do tipo de violência de ocorreu.

Ainda que seja positivo que o percentual de julgados que desvalorizaram a palavra da vítima seja inferior àqueles que a valorizaram, o que chama a atenção é a necessidade de existência de outras provas, na vasta maioria dos casos, para que esse tema seja ao menos mencionado.

## 4. PALAVRA DA VÍTIMA



No mais, apenas 11 julgados analisam a questão de danos morais, sendo 9 casos oriundos de Câmaras de Direito Privado e 2 casos de Câmaras de Direito Penal. Nos 9 casos que discutem a problemática sobre a perspectiva do Direito Civil, apenas 3 tratam da hipótese aqui analisada, ou seja, da ausência de condenação penal. Assim, será realizada uma análise em maior profundidade dessas decisões no item 4.3.

Número do processo	Câmara julgadora	Desembargador Relator	Data do Julgamento	Qual foi o crime cometido	Entendimento sobre o cabimento de danos morais
1034000-50.2016.8.26.0001	13ª Câmara de Direito Criminal	Augusto de Siqueira	31/01/2019	Art. 140, CP	Confirmado o fato, o voto cita o precedente do STJ, entendendo como necessária a indenização por danos morais dentro de ofensa à Lei Maria da Penha
1018107-34.2017.8.26.0114	6ª Câmara de Direito Privado	Eduardo Sá Pinto Sandeville	31/01/2019	Não houve ação penal	Foi confirmada a ocorrência da prescrição trienal



0000384- 71.2017.8.26.0129	9ª Câmara de Direito Criminal	Costabile e Solimene	06/12/2018	Art. 129, §1º, I e III e §10º, CP + LMP	Cita o precedente do STJ, mas revoga o pagamento de indenização à título de danos morais, valorados em 30 mil reais pela magistrada de primeira instância, por não ter sido pedida pela vítima
2058846- 49.2018.8.26.0000	5ª Câmara de Direito Criminal	Claudia Fonseca Fanucchi	18/10/2018	Art. 122, CP	Não reconhece a competência da Vara de Violência Doméstica para pleitear pedidos de danos morais
1007582- 71.2014.8.26.0704	9ª Câmara de Direito Privado	Edson Luiz Queiroz	20/09/2018	Os autos do processo criminal estão em segredo de justiça, logo, não foi possível identificar o crime pelo qual o réu foi processado.	Entende pelo cabimento de danos morais, dada a ocorrência de condenação penal
1000226- 95.2015.8.26.0637	5ª Câmara de Direito Privado	Fernanda Gomes Camacho	06/08/2018	Não houve ação penal	Entendimento de que a indenização por danos morais independe da condenação penal, mas não condena o réu ao pagamento por insuficiência de provas que decorre da desvalorização da palavra da vítima.
1002127- 31.2017.8.26.0572	9ª Câmara de Direito Privado	J.L. Mônaco da Silva	30/08/2018	Art. 129, §9º, CP	Dada a existência de condenação penal transitada em julgado, concede a indenização por danos morais na importância de R\$8.000,00.
1011438- 84.2016.8.26.0506	7ª Câmara de Direito Privado	Luiz Antônio Costa	20/08/2018	Os autos do processo criminal estão em segredo de justiça, logo, não foi possível identificar o crime pelo qual o réu foi processado.	Dada a existência de condenação penal, concede indenização por danos morais na importância de R\$20.000,00.
0001299- 08.2015.8.26.0383	4ª Câmara de Direito Criminal	Camilo Léllis	08/05/2018	Art. 129, §9º, CP	Como não foi feito pedido de danos morais pelo MP, o Relator

					reformou a sentença para retirar o valor provido em primeira instância
0001813-30.2013.8.26.0512	10ª Câmara de Direito Privado	J.B. Paula Lima	08/05/2018	Não houve ação penal	Não há menção de processo criminal nos autos, e a sentença arbitra R\$30.000,00 em danos morais.
0012648-38.2012.8.26.0019	5ª Câmara de Direito Privado	Fábio Podestá	24/04/2018	Não houve ação penal	O relator concede a indenização mesmo sem processo criminal, dado que não há relação de dependência entre um e outro.

*Tabela 1: A análise do dano moral nos julgados localizados.*

### 4.3 Os julgados selecionados

Para que um caso de enquadre na hipótese de pesquisa do presente trabalho ou (i) o caso não deve ter sido analisado na justiça criminal ou (ii) apesar de analisado, a sentença proferida se enquadra nos incisos II<sup>72</sup>, III<sup>73</sup>, V<sup>74</sup> e IV<sup>75</sup> do artigo 386 do Código Penal. Isto pois, nessas hipóteses, o réu não foi condenado pela justiça criminal, mas, ao mesmo tempo, a ocorrência do fato não foi negada.

No mais, é importante ressaltar que os casos que passarei a analisar deveriam estar em segredo de justiça, pois possuem informações pessoais das vítimas. Contudo, por uma falha do nosso sistema judiciário, esses são públicos. Por isso, não irei mencionar o número dos processos ou os verdadeiros nomes das partes no trabalho. Apenas para facilitar a narrativa dos fatos dos casos, adotarei nomes meramente fictícios. O teor das sentenças encontra-se anexo ao presente trabalho, sem constar, entretanto, informações sobre o processo no qual essas foram proferidas.

#### 4.3.1 Maria e João

Nesse caso, irei me referir à vítima como Maria e ao agressor como João.

<sup>72</sup> “Não haver prova da existência do fato”.

<sup>73</sup> “Não constituir o fato infração penal”.

<sup>74</sup> “Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal”.

<sup>75</sup> “Não existir prova suficiente para a condenação”.

João e Maria encontravam-se em união estável. O primeiro episódio de violência doméstica ocorreu no mês de junho de 2011, quando João voltou para a casa na qual morava com Maria embriagado e a agrediu fisicamente, ferindo-a tanto que Maria teve que ser internada.

Em dezembro do mesmo ano, João apareceu no buffet onde Maria trabalhava, também embriagado. O empregador de Maria expulsou ambos do local e a demitiu. Ao retornarem para a residência onde viviam, João novamente atacou Maria fisicamente, além de destruir diversos móveis que estavam na casa. Foi lavrado boletim de ocorrência e proposta ação penal, contudo, João não foi condenado.

Assim, Maria propôs ação de indenização pelos danos morais e materiais causados por João. Em sua petição inicial, esclareceu que os danos materiais foram causados em dezembro de 2011, pois João destruiu muitos móveis da casa. Além disso, causou a demissão de Maria de seu emprego no buffet. Como Maria também dava aulas particulares de inglês, teve que cancelar essas durante duas semanas, pois apresentava ferimentos visíveis em seu rosto, como hematomas e um corte em sua testa.

Em primeira instância, após a devida dilação probatória e oitiva de testemunhas, foi proferida sentença que condenou João a pagar R\$ 5.550,00 à título de indenização por danos materiais e R\$ 7.000,00 pelos danos morais que causou. João interpôs apelação, alegando que as agressões cometidas não foram provadas, e que, inclusive, ele não foi condenado na esfera penal. Defende, também, que a existência dos bens por ele danificados nunca foi provada e que o depoimento da testemunha deve ser desconsiderado, pois essa nunca chegou a ver João.

Em 24 de abril de 2018, o recurso foi julgado integralmente improvido, tendo a seguinte ementa:

RESPONSABILIDADE CIVIL – Sentença de procedência – APELO DO RÉU – Pretensão à reversão do julgado – Inadmissibilidade – Elementos do art. 186 devidamente demonstrados – Incidência do art. 935, do CC – Danos materiais comprovados – Danos morais cognoscíveis in re ipsa. Sentença mantida – RECURSO DESPROVIDO.

Prevaleceu entendimento baseado no artigo 935 do Código Civil, que esclarece que a responsabilidade civil é independente da criminal. Isto pois, o parâmetro probatório que deve ser atendido para que uma condenação penal seja obtida é muito mais alto do que o parâmetro probatório exigido para que se comprove a ocorrência de um ilícito civil.

Assim, foi analisado o testemunho fornecido pela faxineira do casal, que relatou que a casa deles estava totalmente destruída. Ela alegou, ainda, que se lembra que havia muito sangue por toda a mobília, o que dificultou a limpeza, pois a mobília danificada era branca. Portanto, entendeu o Desembargador que restou comprovado o dano material.

Entendeu, ainda, que é evidente que a agressão sofrida por Maria foi de tamanha proporção que os danos morais seriam *in re ipsa*, sendo, assim, presumidos, na medida em que “alguém que sofre agressão e tem seus objetos domésticos danificados por conduta violenta sofre abalo moral significativo.”<sup>76</sup>

#### 4.3.2 Sandra e Carlos

Nesse caso, irei me referir à vítima como Sandra e ao agressor como Carlos.

Sandra e Carlos mantiveram união estável durante onze anos. Durante esse período, Carlos agrediu Sandra, tanto física como moralmente, em diversas oportunidades. Após o fim do relacionamento, Carlos passou a perseguir Sandra, esperando-a do lado de fora de sua casa e a seguindo até seu trabalho. Em um episódio, Carlos ameaçou Sandra com um canivete, obrigou ela a sair de casa, a agrediu fisicamente na rua e fez ela se despir, mantendo apenas sua calcinha e seu sutiã. Ele cortou a mão direita de Sandra e ainda obrigou a filha do casal a assistir tudo.

Em outra oportunidade, em maio de 2015, Carlos atacou Sandra com uma faca, deferindo-lhe golpes no abdômen e na mão, o que impossibilitou Sandra de trabalhar por quatro meses. A violência sofrida por Sandra foi tamanha que ela entrou em depressão, conforme laudo psicológico acostado nos autos.

Os fatos narrados foram amplamente corroborados por prova testemunhal e documental. Fernanda<sup>77</sup>, uma amiga próxima de Sandra, testemunhou que ela se escondeu em sua casa diversas vezes. Assim, Carlos foi condenado a pagar R\$ 30.000,00 à título de indenização por danos morais em primeira instância. Carlos e Sandra apelaram, e, em 8 de maio de 2018, foi proferido acórdão indeferindo os apelos recursais e mantendo a sentença apelada em sua integralidade:

INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. AGRESSÕES FÍSICAS E MORAIS DO RÉU CONTRA A AUTORA, COM QUEM FOI CASADO. COMPROVAÇÃO

---

<sup>76</sup> *Ibid.*

<sup>77</sup> Nome fictício.

NOS AUTOS. PREJUÍZO MORAL EVIDENCIADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR BEM ARBITRADO (R\$ 30.000,00). RECURSOS NÃO PROVIDOS. Indenização. Dano moral. Agressões físicas e morais do réu contra a autora. Partes que foram casadas. Comprovação nos autos. Prejuízo moral evidenciado. Indenização devida. Valor fixado com proporcionalidade e razoabilidade. Manutenção (R\$ 30.000,00). Recursos não providos.

Assim, prevaleceu entendimento de que as provas produzidas nos autos foram suficientes para evidenciar que Carlos sujeitou Sandra a “sentimentos de humilhação, medo, submissão e impotência, suficientes para abalar sua tranquilidade mental.” Assim, seria cabível a indenização por danos morais, que, inclusive, foi bem majorada.

#### **4.3.3 Juliana e Antônio**

Nesse caso, irei me referir à vítima como Juliana e ao agressor como Antônio.

Juliana e Antônio se conheceram através de amigos em comum e, após 6 meses, começaram a se relacionar. A relação do casal se desenvolveu e Juliana queria contar do namoro para terceiros, mas Antônio não queria isso, o que resultou no fim do relacionamento. Após o término, Antônio e Juliana não mantiveram um relacionamento cordial. Antônio passou a adotar um comportamento estranho: fingindo que não conhecia Juliana quando a via em um local público, a bloqueando no *facebook* e falando para seus amigos que ela era louca.

Juliana passou a cursar um doutorado que a levou para fora da cidade em que vivia, e, inclusive, para fora do país. Por isso, suas amigas organizaram uma despedida em um bar local, e, nesse evento, encontrou Antônio no mesmo bar. Juliana relata que Antônio foi amigável, e seu comportamento a surpreendeu. Eles interagiram brevemente, e Juliana, sentindo que a animosidade entre os dois havia passado, ficou de ligar para Antônio, e, de fato, o faz mais tarde naquela noite.

Eles se encontraram de madrugada e se dirigiram a um motel. Assim que chegaram, Juliana notou que o comportamento de Antônio estava diferente do que no bar, já que ele foi um tanto rude ao reservarem a suíte. Após isso, estacionaram o carro na garagem, e o ato de violência começou. Antônio mandou Juliana sair do carro e, imediatamente, levantou sua blusa de maneira abrupta. Juliana, que se sentiu desconfortável, pediu para Antônio parar, mas ele a ignorou.

Assim, Antônio estuprou Juliana do lado de fora do estacionamento do motel em que estavam, ignorando totalmente seus pedidos para que ele parasse. Depois do fim da primeira violência sofrida por ela, Juliana entrou no quarto e se trancou no banheiro, e ficou lá durante muito tempo enquanto Antônio, do lado de fora, apenas pedia desculpas.

Depois de um certo tempo se passar, Juliana saiu do banheiro, e se deitou na cama, ainda processando o que havia ocorrido. Contudo, Antônio imobilizou sua vítima e a violou novamente. Juliana pedia que ele parasse, pois estava sentindo muita dor, mas Antônio apenas a ignorou, da mesma forma que havia feito anteriormente. Após terminar de violentá-la de uma maneira tão íntima, Antônio zombou da cara de Juliana e cuspiu em seu rosto, enquanto a vítima ainda permanecia em estado de choque. No dia seguinte, Juliana retornou a sua cidade natal e, durante esse período, tentou processar a violência que havia sofrido.

Após os fatos, Juliana apenas retornou para a cidade na qual foi violentada uma vez em 3 anos, por causa de seu doutorado, que a levou até para o exterior. Nesse período, Juliana não conseguia esquecer o que aconteceu, e enviou várias mensagens e e-mails para Antônio, reiterando que ela não iria deixar de denunciá-lo e que ele iria pagar pelo que fez. Em diversas dessas mensagens, inclusive, Juliana xingou Antônio.

Após três anos do ocorrido, e, principalmente, depois de muita terapia, Juliana reuniu as forças que necessitava para prestar queixa na delegacia da mulher. Contudo, devido ao fim do prazo de 6 meses, foi proferida sentença na ação penal proposta declarando extinta a punibilidade de Antônio.

Assim, Juliana voltou-se para a justiça civil, propondo ação de indenização por danos morais. Contudo, em primeira instância, a demanda proposta foi considerada prescrita, diante da incidência do prazo trienal. Juliana apelou da sentença e foi proferido acórdão cuja ementa está reproduzida *infra*:

Indenização por danos morais - Ação de medidas protetivas ajuizada perante a justiça criminal extinta sem citação do réu - Não caracterizada interrupção da prescrição - Termo inicial que se conta do fato danoso - Prazo trienal esgotado - Sentença mantida - Recurso improvido.

O acórdão entendeu como inválido os argumentos de Juliana de que o dano teria caráter contínuo, dotando-se de argumentos que desconsideram completamente o fato de que a violência sofrida por Juliana enseja indenização por danos morais. Assim, o desembargador entendeu que “(...) o dano moral ultrapassa o aborrecimento cotidiano e corresponde mesmo a sofrimento grave

imposto à vítima do ato ilícito ou sério dano à sua honra e imagem. Tal natureza confere-lhe a característica de longa duração temporal (...).”

No mais, diante das mensagens que Juliana enviou à Antônio, ele prestou queixa-crime, alegando que ela teria cometido crime de injúria. Juliana foi condenada em primeira instância e o caso está pendente de julgamento em segunda instância.

#### 4.4. Considerações sobre os julgados

Cada um dos julgados expostos traz pontos importantes a serem analisados. No caso 1, tem-se a (i) desvinculação entre as esferas civil e penal. No caso 2, é interessante notar a (ii) realização da instrução probatória integralmente na esfera civil. Já no caso 3, é possível notar (iii) como a prescrição afeta o acesso à justiça e a real reparação dos direitos das mulheres.

No caso de Maria e João, a ação foi analisada no âmbito penal. Contudo, isso não impediu que o desembargador (i) analisasse também a questão no âmbito civil. Isto pois, no caso, tem-se justamente a hipótese de pesquisa do presente trabalho: apesar da justiça criminal não ter condenado João, não foi proferida sentença negando a existência do fato.

Conforme já apontado, esse entendimento encontra respaldo jurídico no artigo 935 do Código Civil, que estabelece que “a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.”<sup>78</sup>

Apesar de estabelecer a independência das responsabilidades civil e penal, a lei estabelece que, uma vez que juízo penal tendo decidido sobre a existência do fato ou sobre a autoria do crime, tal decisão não pode ser revista pelo juízo civil. Contudo, a ausência de absolvição faz com que nada tenha sido decidido, de fato, sobre a ocorrência ou não do ilícito penal.

Em diversas hipóteses, uma ação penal pode ter sentença que não decide sobre a ocorrência de ilícito ou sua autoria, mas apenas (a) extingue o processo por questões de cunho processual ou (b) decide que, diante da insuficiência de provas, não é possível alcançar determinação judicial.

Ocorre que, naturalmente, o parâmetro probatório das esferas civil e penal são diferentes. Isto pois, no âmbito penal, o parâmetro probatório deve ser mais rígido que no civil. Isto pois, as consequências que podem resultar de um processo penal são as mais graves que o Estado pode

---

<sup>78</sup> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **Código Civil**, promulgado em 10 de janeiro de 2002.

impor sob um indivíduo: o cerceamento de sua liberdade e de seu direito de ir e vir. Já no civil, o parâmetro probatório para que o juízo entenda pelo cometimento de um ilícito não é tão elevado, na medida em que as repercussões jurídicas não são tão gravosas.

Por isso, nos cenários em que não houve negativa da ocorrência do fato pelo penal, não há que se falar em qualquer limitação da apreciação pelo civil. No caso, esse foi justamente o entendimento adotado pelo julgado, que, inclusive, manteve a indenização por danos morais arbitrada em primeira instância.

Já no caso de Sandra e Carlos, (i) não houve qualquer apreciação pela esfera penal, mesmo se tratando de ato que constitui fato típico, sendo esse a agressão física sofrida por ela. Contudo, conforme já demonstrado, a Lei Maria da Penha foi concebida com caráter híbrido, possibilitando a apreciação do fato em qualquer uma das esferas judiciais. No caso, é interessante notar que isso não foi um impeditivo, pois não se tem configurada uma hipótese de competência exclusiva.

Assim, a instrução probatória foi feita inteiramente no âmbito cível, por meio da apresentação de provas documentais e, também, com a oitiva de testemunhas pelo juízo. Logo, restou provada a ocorrência do fato, e, por isso, a violação de direitos de personalidade. Desse modo, foi arbitrada a indenização por danos morais.

Finalmente, no caso de Juliana e Antônio, tem-se um exemplo de um (iii) entendimento demasiadamente restritivo na configuração da responsabilidade o que resulta na não concessão falha de proteção à vítima, o que é agravado pela sua condenação pela prática do crime de injúria.

A violência doméstica é cometida, na maioria das vezes, por alguém que a vítima conhece. É natural que exista um período de tempo significativo entre a ocorrência da violência e a realização da denúncia do ocorrido, isso quando ela é, de fato, feita, o que não é comum.

Juliana não obteve a tutela penal almejada, pois realizou o boletim de ocorrência depois de 6 meses da ocorrência da violência. Em 02 de fevereiro de 2017, foi proferida sentença no âmbito criminal reconhecendo a extinção da punibilidade de Antônio. Imediatamente após isso, em 10 de abril de 2017, Juliana distribuiu ação de indenização por danos morais, buscando remédios civis após a negativa de remédios penais. Mesmo com esse cenário, foi firmado entendimento de que a prescrição trienal havia, de fato, ocorrido.

Esse entendimento tomou como data inicial da contagem do prazo prescricional a ocorrência da violência praticada por Antônio em face de Juliana. Contudo, esse apresenta dois problemas.



O primeiro problema jaz no fato de que não foi considerada a influência da ação penal na contagem do prazo prescricional.<sup>79</sup> Apesar de existir divergência sobre o tema, muitos defendem que ação penal poderia ter dois efeitos: essa poderia interromper a contagem do prazo prescricional<sup>80</sup> ou até mesmo mudar a data inicial da contagem, passando essa a ser a data do trânsito em julgado<sup>81</sup>.

Seria fundamental que alguma dessas teses tivesse sido adotada, pois, *a priori*, Juliana não teria motivos para buscar uma tutela civil, pois não saber que a tutela penal que ela já buscava seria infrutífera.

O segundo motivo jaz na necessidade de reconhecimento do caráter continuado da violação. Uma mulher vítima de violência sobre tamanha violação aos direitos de personalidade que seus efeitos se propagam no tempo. Após uma mulher ser violentada, como Juliana foi, é humanamente impossível acordar no dia seguinte como se nada tivesse acontecido. Na realidade, a vítima carrega os efeitos psicológicos causados consigo pelo resto de sua vida. Portanto, a violação é contínua,

---

<sup>79</sup> CASCAES, Amanda Celli, **Ação Civil ex delicto: a controversa da intervenção do direito penal sobre o direito civil**, RJLB, Ano 5, n. 3, p. 69–101.

<sup>80</sup> “RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PENAL. ART. 200 DO CC/2002. INCIDÊNCIA. PRAZOS PRESCRICIONAIS DO CC/2002. ART. 2.028 DO CC/2002. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. INEXISTÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o art. 200 do CC/2002 somente é afastado quando, nas instâncias ordinárias, ficou consignada a inexistência de relação de prejudicialidade entre as searas cível e criminal ou quando não houve a instauração de inquérito policial ou de ação penal. 2. Em se tratando de responsabilidade civil ex delicto, o exercício do direito subjetivo da vítima à reparação dos danos sofridos somente se torna plenamente viável quando não pairam dúvidas acerca do contexto em que foi praticado o ato ilícito, sobretudo no que diz respeito à definição cabal da autoria, que é objeto de apuração concomitante no âmbito criminal. 3. Desde que haja a efetiva instauração do inquérito penal ou da ação penal, o lesado pode optar por ajuizar a ação reparatória cível antecipadamente, ante o princípio da independência das instâncias (art. 935 do CC/2002), ou por aguardar a resolução da questão no âmbito criminal, hipótese em que o início do prazo prescricional é postergado, nos termos do art. 200 do CC/2002. 4. A incidência do prazo prescricional previsto no CC/2002, por força da interpretação sistemática do seu art. 2.028, significa a aplicação do regime do diploma corrente, o que inclui a quantificação numérica do lapso prescricional em dias, meses ou anos, bem como sua forma de contagem, seu termo inicial ou suas causas suspensivas e interruptivas. 5. Inexiste violação de ato jurídico perfeito ou do princípio “tempus regit actum” em decorrência da aplicação da lei nova, haja vista que a incidência do art. 200 do CC/2002 posterga o próprio início do prazo prescricional e, antes que este tenha decorrido por inteiro, o prescribente possui mera expectativa de direito à prescrição, não direito adquirido. 6. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea “c” do permissivo constitucional, nos termos do Código de Processo Civil de 1973 e do Regimento Interno desta Corte, exige comprovação e demonstração da similitude fática entre os casos apontados, o que não ocorreu na hipótese. 7. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da existência de relação de prejudicialidade concreta entre o inquérito penal arquivado na origem e o exercício da pretensão reparatória do autor demandaria o exame de matéria fático-probatória que sequer consta dos autos, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 8. Recurso especial não provido.” (REsp 1631870/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 24/10/2017)

<sup>81</sup> CAPEZ, Fernando, **Curso de Processo Penal**, 14ª ed., Saraiva, 2007, São Paulo, p. 164- 165.

não fazendo sentido arguir que pela incidência da prescrição trienal contada a partir da data da violação efetiva.

A sentença fez com que Juliana não encontrasse qualquer amparo após ter sofrido uma violação tão íntima, e, como se isso não fosse suficiente, ela está tendo que enfrentar as consequências jurídicas da queixa-crime prestada por Antônio.

O caso de Juliana é um claro exemplo de uma das muitas dificuldades que as mulheres enfrentam quando tentam obter remédio judicial para as constantes violações que ocorrem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado no capítulo 1, as estatísticas referentes à violência de gênero no Brasil ainda permanecem extremamente elevadas. A gravidade desses números é apenas reforçada pelo caráter cíclico do ciclo de abusividade.

Traçado esse panorama fático, analisei, no capítulo 2, a principal política pública adotada pelo governo brasileiro para combater: a lei Maria da Penha. É importante notar que essa possui tanto caráter como competência híbrida. Isto pois, a lei possui em seu texto medidas de caráter civil, como as medidas protetivas, e medidas de caráter penal. Já a competência híbrida se dá diante da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que podem avaliar causas de natureza cível e criminal.

Tal hibridez é fundamental, dado que, conforme demonstrado no item 2.2, o Código Penal brasileiro não recepcionou adequadamente todas as formas de violência que, ainda que não taxativas, estão previstas na Lei Maria da Penha. Tal questão não se enquadra como um problema a priori, pois, dado que a violência de gênero viola um direito de personalidade, é cabível a indenização por danos morais. O STJ, inclusive, se manifestou sobre o tema, afirmando que, após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, é, de fato, cabível tal indenização.

Contudo, o tribunal deixou de analisar um cenário de suma importância: a situação em que o juízo penal, ao analisar um caso, não proferiu sentença condenatória, mas, ao mesmo tempo, não negou a ocorrência do fato. Assim, passou-se a analisar o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o tema, através de um levantamento jurisprudencial que teve como recorte temporal o período compreendido entre março de 2018 e março de 2019.

Através da metodologia adotada, foram identificados 138 julgados, mas apenas 11 deles tratavam do dano moral. Dentre esses julgados, apenas 3 se enquadram na pergunta de pesquisa do presente trabalho, sendo que os demais analisavam situações de dano moral *ex delicto*.

Dentre os 3 julgados analisados, cada um trouxe uma questão de análise diferente. No primeiro julgado, tem-se exatamente a tese defendida no presente trabalho: uma situação em que, apesar do juízo penal não ter proferido sentença condenatória, não houve qualquer negativa da ocorrência do fato, o que possibilitou a incidência de pagamento à título de indenização por danos morais. No segundo julgado, tem-se um caso com a dilação probatória conduzida integralmente perante a justiça civil, sem qualquer envolvimento da justiça criminal. Finalmente, no terceiro caso,

tem-se uma situação em que, por causa de prazos prescricionais extremamente limitadores, uma vítima não obteve o acesso à justiça que almejava.

Assim, nota-se que, apesar do amplo amparo legal para a incidência de indenizações por danos morais, essa alternativa ainda é pouco buscada pelas mulheres vítimas de violência. Desse modo, no Brasil, atualmente, a mulher vítima de violência usufrui apenas dos remédios penais para tentar sanar o abuso sofrido.

## REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. **Direito das Mulheres**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BASTOS, Marcelo Lessa. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Lei" Maria da Penha". Alguns comentários. Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 10, 2006.

BERNARDES, Marcia Nina; DE SOUZA COSTA, Rodrigo. **Os Parâmetros Internacionais de Prevenção da Violência Doméstica Contra Mulheres**: Uma Comparação com os Instrumentos Previstos na Lei Maria da Penha. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 1, n. 1, p. 185–211, 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal**: comentado. 5a. ed. atualizada. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2009.

BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Reparação civil por danos morais**. 4ª edição, revista, aumentada e modificada / por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. [s.l.]: Saraiva Educação SA, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>.

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. **Rota crítica**: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. Revista Polis e Psique, v. 6, n. 2, p. 70–86, 2016.

CASCAES, Amanda Celli. **Ação Civil Ex Delicto**: A Controversa Intervenção do Direito Penal sobre o Direito Civil. RJLB, n. nº 3, p. 69–101, Ano 5.

CAPEZ, Fernando, **Curso de Processo Penal**, 14ª ed., Saraiva, 2007, São Paulo

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil** (12a. ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS/OEA. **Relatório nº 54/0**. [s.l.: s.n., s.d.].

DE SOUZA, Hugo Leonardo; CASSAB, Dr<sup>a</sup> Latif Antônia. **Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro**. 2010.

DIDIER JUNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael. **Aspectos processuais civis da lei Maria da Penha** (violência doméstica e familiar contra a mulher). **Revista dos Tribunais, Revista de Processo**, v. 160/2008, n. Jun. 2008, p. 9–31, .

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º anuário brasileiro da segurança pública, publicado pela ONG Fórum Brasileiro da Segurança Pública**. [s.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

---

\_\_\_\_\_ ; DATAFOLHA. **Vísível e invisível: a vitimização de mulheres do Brasil**. [s.l.: s.n.], 2019.

FÓRUM NACIONAL DE JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. Enunciado nº 03. *In*: [s.l.: s.n., s.d.].

JAFELIFE, Giulia Telles. **Desafios na Implementação da Medida Protetiva de Urgência Prevista na Lei Maria da Penha: Um estudo de caso da Central de Alternativas Penais de Minas Gerais**. Fundação Getúlio Vargas, 2019.

JESUS, Damásio E. de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11,340/2006**. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2010.

MIGALHAS. STJ: **Dano moral por violência doméstica não depende de prova específica.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI275603,31047-STJ+Dano+moral+por+violencia+domestica+nao+depende+de+prova+especifica>>.

MISAKA, Marcelo Yukio. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Juris Plenum, v. 3, p. 83–87, 2007.

MOURA, Lenise Marinho Mendes; DA SILVA, Pollyanna Gonçalves; MACHADO, Joana de Moraes Souza; *et al.* **A violência patrimonial no âmbito da lei Maria da Penha.** Revista Brasileira de Economia Doméstica, v. v. 24, n. n. 1, p. 207–236, 2013.

OEA. Caso nº 12.051.

PENHA, Maria da. **“Meu sofrimento se transformou em luta”**, diz Maria da Penha sobre 10 anos da lei que leva seu nome. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/03/meu-sofrimento-se-transformou-em-luta-diz-maria-da-penha-sob\\_a\\_21694905/](https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/03/meu-sofrimento-se-transformou-em-luta-diz-maria-da-penha-sob_a_21694905/)>. Acesso em: 3 nov. 2019.

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela. **A violência doméstica contra a mulher e a proteção dos direitos humanos.** Direitos humanos no cotidiano jurídico, 2004.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. **Dano moral é presumido quando mulher sofre violência doméstica, decide STJ.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/dano-moral-e-presumido-quando-mulher-sofre-violencia-domestica-decide-stj>>.

RÉPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Código Civil.**

RÉPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Código de Processo Penal.**

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal.**

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha.**

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano moral indenizável.** 4a. ed. rev., ampliada e atualizada de acordo com o novo Código civil. São Paulo, SP, Brasil: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, Paulo Alves; ROESLER, Cláudia Rosane. **Argumentação, fatos e verdade no processo penal em estados constitucionais.** Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 20, n. 1, 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Tema 983.**

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único,** São Paulo: Editora Método, 5ª ed., 2015

WALKER, Lenore E. **The battered woman syndrome.** New York: Springer Pub. Co., 2009.



## APÊNDICE A

### TABELA DE JULGADOS<sup>82</sup>

Número do acórdão	Exclusão	Câmara	Desembargador Relator	Classificação esaj Tema	Processo primeiro grau (crime)	Processo primeiro grau (tipo de medida protetiva)	Houve também ação penal (caso a ação originária seja civil)?	Processo penal (crime)	Processo penal (tipo de medida protetiva)	Resultado da ação originária (procedência/condenação criminal; extinção da punibilidade)	Entendimento acórdão sobre cabimento do dano moral	Entendimento sobre provas e palavra da vítima
0001530- 07.2016.8.26.0068	Não	7ª Câmara de Direito Criminal	Otávio Rocha	Apelação Criminal / Ameaça	x	x	Sim	Art. 5º, inciso II, LIMP	x	Condenação	x	O relator ressaltou a necessidade de avaliar o peso da palavra da vítima, quando o caso envolveu violência doméstica. Nesse contexto, esse apontava de maneira
0075389- 80.2017.8.26.0060	Não	3ª Câmara de Direito Criminal	Álvaro Custello	Recurso em Sentido Estrito / Violência Doméstica Contra a Mulher	x	x	Sim	Na hipótese em análise, previsto no regimento previsto na legislação especial, porquanto o caso não envolve violência de gênero, praticada no âmbito das relações domésticas entre mulheres contra a mulher.	x	Abolição (que prevaleceu) entendimento de que não havia como enquadrar a conduta na LIMP	x	
1051555- 84.2017.8.26.0063	Sim, pois trata-se de candidato a cargo de confiança, não por eleição da LIMP. Omitiu isso e foi desclassificado do curso, razão que motivou o ajuizamento da ação	13ª Câmara de Direito Público	Djalma Lofrano Filho	Apelação Civil / Concurso Público / Estatal	x	x	x	x	x	x	x	x
0021110-31.2016.8.26.0000	Não	Câmara Especial	Renato Gencari Filho	Conflito de Jurisdição / Concurso Público no Estado do Rio de Janeiro	x	x	Sim	Art. 86, § 1º, da Lei nº 80.741/1966, inciso II, LIMP	x	x	x	O réu alegou que não havia provas suficientes no entanto o magistrado entendeu que, dado o resultado do exame de corpo deleito, que corroborava o depoimento da vítima, restou provada a lesão corporal
0001452- 37.2017.8.26.0066	Não	9ª Câmara de Direito Criminal	Amaro Thomé	Apelação Criminal / Decretante de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 59, CP	x	Condenação	x	

82

A tabela também pode ser acessada no link público:  
<https://drive.google.com/file/d/1jadIU2UQpAx1hmtYZ2lZxqC6ilgA10Ld/view?usp=sharing>.

0006471-36.2015.8.26.0348	Não	3ª Câmara de Direito Criminal	Jaime Ferreira Menino	Apelação Criminal / Contra a Mulher	x	x	Sim	Artigo 123, §9º, CP + Art. 7º, inciso I, LIMP	x	Condenaçãoção	x	Grande peso dado a palavra da vítima, inclusão de jurisprudência para ressaltar a importância dessa. Ressalta a importância da corroboração por depoimento de testemunha, além de declarações feitas pelo réu durante o processo e depoimento de outros "co-réus", a fim de se pra quebra ela no meio, eu teia
1062220-37.2018.8.26.0063	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência	x	x	x	x	x	Sim	x	x	x	x	x
0003664-12.2017.8.26.0368	Não	16ª Câmara de Direito Criminal	Leme Garcia	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Artigo 123, §9º, CP + Art. 7º, inciso I, LIMP	x	Condenaçãoção	x	O próprio acusado, em juízo, confessou ter desferido um chute na ofendida,
105962-10.2016.8.26.0576	Sim, pois os termos foram meramente mencionados no argumento da parte	9ª Câmara de Direito Privado	Piva Rodrigues	Apelação Civil / Promessa de Compra e Venda	x	x	Sim	x	x	x	x	x
0002774-42.2018.8.26.0000	Sim, pois trata-se de conflito de jurisdição	Câmara Especial	Sulaiman Miguel	Conflito de Jurisdição / Sequestro e cárcere privado	x	x	Sim	Atestamento do acusado do Iar (050076-63.2018.8.26.0548)	x	x	x	x
0001079-63.2018.8.26.0000	Não	12ª Câmara de Direito Criminal	Paulo Rossi	Habeas Corpus Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º e 147, CP	x	Mantenção da prisão preventiva	x	Como a prisão foi feita em flagrante e os vizinhos acionaram a polícia, não se questiona a narrativa da
3002112-42.2013.8.26.0063	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência	x	x	x	x	x	Sim	x	x	x	x	x
1033105-69.2018.8.26.0063	Sim, pois trata-se de resultado de concurso público	x	x	x	x	x	Sim	x	x	x	x	x







0000676-70.2017.8.26.0577	Não	9ª Câmara de Direito Criminal	Amaro Thomé	Apelação Criminal / Ameaça	x	x	Sim	Art. 147, CP	x	Condenação	x	Valor médio dado à palavra da vítima, mas houve certa corroboração dada por testemunha e mensagens enviadas pela vítima via whatsapp
0000063-60.2016.8.26.0197	Não	1ª Câmara de Direito Criminal	Mário Devienne Ferraz	Embargos de Declaração Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Mantém a decisão	x	x
0007429-08.2016.8.26.0361	Não	1ª Câmara de Direito Criminal	Mário Devienne Ferraz	Apelação Criminal / Ameaça	x	x	sim	Art. 147, caput, art. 61, II, "3º" e "4º" - art. 5º, LUMP	X	Condenação	x	Réu confesso
1000862-17.2017.8.26.0629	Sim, pois tratase de questionamento de resultado de concurso público	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
0009123-98.2014.8.26.0079	Não	12ª Câmara Criminal Extraordinária	Alex Zilenovski	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	artigos 123, §9º, art. 150, §1º	x	Condenação	x	Exame de corpo delito, réu confessa a vítima tenta tentar a responsabilização do réu
0016794-43.2016.8.26.0576	Não	10ª Câmara de Direito Criminal	Fábio Gouvêa	Apelação Criminal / Contravenções Penais	x	x	Sim	Art. 147, art. 61, II, I, CP	x	Condenação	x	Em fase inquisita o réu confessou e, após isso, mudou sua história. Não obstante, dá-se grande valor a palavra da vítima.
1000226-95.2016.8.26.0637	Não	5ª Câmara de Direito Privado	Fernanda Gomes Camacho	Apelação Civil / Indenização por Dano Moral	Ameaças e agressões	x	Sim	x	x	Absoluição - Insuficiência de provas	Entendimento de que a indenização por danos morais independe da condenação penal.	Evidente desvalorização
0028238-22.2016.8.26.0405	Não	2ª Câmara de Direito Criminal	Francisco Otando	Apelação Criminal / Homicídio Qualificado	x	x	Sim	Art. 121, § 2º, Incisos II, III e IV, art. 14, inciso II, CP	x	Condenação	x	Entenso conjunto probatório
0001763-08.2016.8.26.0218	Não	13ª Câmara de Direito Criminal	De Paula Santos	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º e 147, CP	x	Condenação	x	Lauda pericial
0007652-84.2013.8.26.0011	Não	8ª Câmara de Direito Criminal	Machado de Andrade	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Condenação	x	Lauda pericial

0004552-31.2015.8.26.0125	Não	9ª Câmara de Direito Criminal	Márcio Eli Sammarco	Apelação Criminal / Contravenções Penais	x	x	Sim	Art. 21 do Decreto-Lei nº 3688/41	x	Condenação	x	Extenso conjunto probatório
0006237-81.2015.8.26.0191	Não	2ª Câmara de Direito Criminal	Luz Fernando Vagglione	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Condenação	x	Exame de corpo delito, exame de corpo de delito e outro peso dado a palavra da vítima
0004464-25.2014.8.26.0019	Não	16ª Câmara de Direito Criminal	Leme Garcia	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Condenação	x	Extenso conjunto probatório que não foi impugnado pelo réu
1005691-98.2017.8.26.0196	Sim, pois trata-se de pedido de indenização por uso de imagem	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
0006398-04.2016.8.26.0001	Não	13ª Câmara de Direito Criminal	Luis Augusto de Sampaio Arruda	Recurso em Sentido Estrito / Homicídio Qualificado	x	x	Sim	Art. 121, § 2º, Incisos I, IV e VI, e § 2º, A, inciso I e art. 347, parágrafo único, CP	x	Afastamento da qualificadora de motivo torpe	x	x
0008546-69.2014.8.26.0223	Não	13ª Câmara de Direito Criminal	Luis Augusto de Sampaio Arruda	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Condenação	x	Mídia digital em relação ao que o réu nega, é confesso nos demais temas
0110642-02.2014.8.26.0060	Não	9ª Câmara de Direito Criminal	Márcio Eli Sammarco	Apelação Criminal / Contravenções Penais	x	x	Sim	Art. 21 do Decreto-Lei nº 3688/41	x	Condenação	x	Valor médio dado à palavra da vítima, mas houve alteração por correção feita por testemunha
0017070-96.2014.8.26.0037	Não	16ª Câmara de Direito Criminal	Márcio Eli Sammarco	Embargos de Declaração Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Desacolimento dos embargos	x	x
0054436-04.2015.8.26.0060	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
0000411-28.2016.8.26.0937	Não	11ª Câmara de Direito Criminal	Paiva Coutinho	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Condenação	x	Laudo pericial, testemunhas e mídias digitais
0048581-56.2017.8.26.0000	Sim, pois trata-se de conflito de jurisdição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
0043752-67.2017.8.26.0000	Sim, pois trata-se de conflito de jurisdição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
0000236-94.2016.8.26.0129	Não	4ª Câmara de Direito Criminal	Edison Brandão	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Arts. 123, §9º, art. 147 e art. 61, inciso II, 4º, CP	x	Condenação	x	Laudo pericial e testemunhas







0009200-53.2013.8.26.0009	Não	7ª Câmara de Direito Criminal	Osápio Rooha	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Palavra da vítima valorizada dada a riqueza de detalhes com que descreveu os eventos
0004910-67.2016.8.26.0533	Sim, pois trata-se de caso de responsabilidade civil do Estado	3ª Câmara de Direito Criminal	Jaime Ferreira Menino	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x	x	Sim	Art. 123, §9º, CP	x	Testemunha e laudo pericial
101165-72.2017.8.26.0053					x	x	x		x	
1051619-04.2017.8.26.0053	Sim, pois trata-se de conflito de jurisdição		x	x	x	x	x		x	
0000823-22.2017.8.26.0537	Não	9ª Câmara de Direito Criminal	Silmar Fernandes	Apelação Criminal / Decorrente de Violência Doméstica	x		Sim	Art. 123, §9º e § 4º, CP	x	Desvalorização completa da palavra da vítima mediante ausência de mais provas
0001108-75.2016.8.26.0302	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência		x	x	x	x	x		x	
1002127-31.2017.8.26.0572	Não	9ª Câmara de Direito Privado	J.L. Mônaco da Silva	Apelação Cível / Indenização por Dano Moral	x		Sim (0006525-53.2015.8.26.0572)		Dada a existência de condenação penal transitada em julgado, concede a indenização por danos morais na importância de R\$8.000,00.	x
0000160-46.2016.8.26.0522	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência		x	x	x	x	x		x	
0003500-71207.8.26.0538	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência		x	x	x	x	x		x	
1011438-84.2016.8.26.0506	Não	7ª Câmara de Direito Privado	Luiz Antônio Costa	Apelação Cível / Indenização por Dano Moral	x		Sim		Dada a existência de condenação penal, concede indenização por danos morais na importância de R\$20.000,00.	x
0004446-08.2016.8.26.0286	Sim, pois trata-se de menção na jurisprudência		x	x	x	x	x		x	



